



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

LUANA FUNCHAL COUTO

**ADESÃO À DEMOCRACIA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DA DESVALORIZAÇÃO DO REGIME E DOS PRINCÍPIOS
DEMOCRÁTICOS DE 2010 A 2018**

CAMPINAS

2020

LUANA FUNCHAL COUTO

**ADESÃO À DEMOCRACIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA DESVALORIZAÇÃO
DO REGIME E DOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS DE 2010 A 2018**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rachel Meneguello

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA LUANA
FUNCHAL COUTO, E ORIENTADA PELA
PROF^a. DR^a. RACHEL MENEGUELLO.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

C837a Couto, Luana Funchal, 1995-
Adesão à democracia no Brasil : uma análise da desvalorização do regime e dos princípios democráticos de 2010 a 2018 / Luana Funchal Couto. –
Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Adesão. 2. Democracia. 3. Brasileiros. I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Adherence to democracy in Brazil : an analysis of the devaluation of the regime and democratic principles from 2010 to 2018

Palavras-chave em inglês:

Adhesion
Democracy
Brazilians

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Rachel Meneguello [Orientador]
Gabriel Ávila Casalecchi
Wagner de Melo Romão

Data de defesa: 06-08-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4946-1855>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6731234790411813>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 06/08/2020, considerou a candidata Luana Funchal Couto aprovada.

Profa. Dra. Rachel Meneguello

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Prof. Dr. Wagner de Melo Romão

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Certa vez me disseram que não se faz nada sozinho, e realmente, eu jamais teria conseguido concluir este trabalho sozinho.

Expresso aqui a minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof. Dra. Rachel Meneguello. Seus sábios direcionamentos foram fundamentais quando o caminho das ideias se mostrava tão nebuloso. Sua paciência resistiu frente à minha teimosia e sua postura serena e compreensiva me confortou quando o inesperado me surpreendeu e se fez necessária uma breve pausa até que a normalidade em meu mundo privado fosse restabelecida.

Agradeço também à Gabriela Piquet, Gabriel Ávila Casalecchi e Wagner de Melo Romão às valiosas contribuições de natureza analítica e metodológica para este trabalho. Sem eles eu ainda estaria batalhando entre números e dados.

Analisar os valores políticos dos brasileiros foi uma experiência única, por isso deixo aqui o meu mais profundo agradecimento aos brasileiros e a este Brasil, cujas desigualdades e paradoxos possibilitaram a emergência de fenômenos políticos tão complexos e interessantes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, processo nº 88887.304937/2018-00, em um momento tão delicado para a produção de ciência e tecnologia no Brasil, por isso sinto-me privilegiada pelo financiamento recebido e agradecida por contribuir para a compreensão da cultura política dos brasileiros.

Agradeço também à UNICAMP e ao IFCH pelo suporte oferecido ao longo de todo o mestrado. Não foram poucas as noites viradas na biblioteca, em meio a livros, artigos e ideias sem fim, por isso também me sinto privilegiada pelo acesso a toda essa infraestrutura.

Meu agradecimento especial vai para minha mãe Geralda, meu pai Adriano e minha irmã Bruna. Sem eles eu nunca teria chegado até aqui. Na humildade da periferia no interior de São Paulo meus pais nunca souberam ao certo o significado deste trabalho ou sua razão de existência, mas se orgulham dele, porque não tiveram essa oportunidade. Quando a fome bate não há tempo para estudar, por isso deram literalmente, todo o suor para garantir minha formação. Eles me amaram quando ninguém mais amou, me receberam quando todas as portas se fecharam e acreditaram em mim quando até eu já duvidava. Foi quando essa dissertação chegou ao fim. Ao amor de vocês deixo registrada a minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a adesão dos brasileiros ao regime democrático, de 2010 a 2018, para compreender a desvalorização recente do regime e dos princípios democráticos. Com isso busca-se analisar a estrutura dos valores e definir os diferentes perfis de adesão à democracia entre os brasileiros, com base no modo como aderem ao regime e na preferência que manifestam pela democracia como forma de governo, e compreender o percurso destes perfis no tempo, para identificar se essa desvalorização é ampla ou localizada em um ou poucos perfis.

Com base nos estudos sobre legitimidade política (Norris, 1999a; Klingemann, 1999; Dalton, 1999), adesão ao regime em novas democracias (Mishler e Rose, 1999; Carlin e Singer 2011; Bratton e Mattes, 2001; Booth e Selison, 2009) e sua análise no caso brasileiro (Meneguello, 2007 e 2010; Fuks et all 2016; Moisés, 2008) parte-se do argumento de que a adesão à democracia no Brasil é multidimensional e suas dimensões são independentes, o que possibilita a emergência de atitudes ambíguas com relação ao regime, viabilizando a existência de diferentes perfis de adesão ao regime. Assim, sustenta-se a hipótese de que o que ocorre a partir de 2014 não é o crescimento de uma base social autoritária e coesa, mas sim o crescimento de uma adesão democrática ambígua, composta simultaneamente por valores democráticos e não-democráticos.

Os dados estão disponíveis em 3 ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) para os anos de 2010, 2014 e 2018.

Palavras Chave: Adesão; Democracia; Brasileiros

ABSTRACT

This work aims to analyze the adherence of Brazilians to the democratic regime, from 2010 to 2018, in order to understand the recent devaluation of the regime and of democratic principles. Thus, we sought to analyze the structure of values and define the different profiles of democratic adherence among Brazilians, based on the way they adhere to the regime and the preference they manifest for democracy as a form of government. Also, we aim to understand the path of these profiles in time, identifying whether this devaluation is widespread, or located in one or more profiles.

Based on studies of political legitimacy (Norris, 1999a; Klingemann, 1999; Dalton, 1999), regime adherence in new democracies (Mishler and Rose, 1999; Carlin and Singer 2011; Bratton and Mattes, 2001; Booth and Selison, 2009) and analysis of the Brazilian case (Meneguello, 2007 and 2010; Fuks et all 2016; Moisés, 2008), we state that democracy adherence in Brazil is multidimensional, and these dimensions are independent. This allows the emergence of ambiguous attitudes towards the regime, enabling the existence of different profiles of adherence. Thus we sustain the hypothesis that what happened from 2014 onwards was not the growth of an authoritarian and cohesive social base, but of an ambiguous democratic adherence, composed of both democratic and undemocratic values.

The used data are available in three waves of the Brazilian Electoral Study (ESEB) for the years 2010, 2014 and 2018.

Keywords: Adhesion; Democracy; Brazilians.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A lógica da estrutura dos conceitos.....	40
Figura 2 – KMO e Comunalidades (2010).....	82
Figura 3 – Variância Explicada (2010).....	82
Figura 4 – Matriz rotacionada (2010).....	83
Figura 5 – KMO e Comunalidades (2014).....	83
Figura 6 – Variância Explicada (2014).....	83
Figura 7 – Matriz rotacionada (2014).....	84
Figura 8 – KMO e Comunalidades (2018).....	84
Figura 9 – Variância Explicada (2018).....	84
Figura 10 – Matriz rotacionada (2018).....	85
Figura 11 – Processamento da Análise de Cluster 2010.....	90
Figura 12 – Processamento da Análise de Cluster 2014.....	90
Figura 13 – Processamento da Análise de Cluster 2018.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, de 2002 a 2018, em %.....	35
Gráfico 2 – Capacidade de definir democracia, de 1989 a 2018 (%).....	36
Gráfico 3 – Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muito desemprego”, em %.....	36
Gráfico 4 – Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muitos protestos”, em %.....	37
Gráfico 5 – Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muita corrupção”, em %.....	37
Gráfico 6 – Justificado um golpe de Estado pelos militares “Quando há muito crime”, em %.....	37
Gráfico 7 – Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil: ‘satisfeito’ e ‘muito satisfeito’, (2002 a 2018, em %).....	38
Gráfico 8 – Avaliação de desempenho de deputados federais e senadores: ‘ótimo’ e ‘bom’, (2002 a 2018, em %).....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões do apoio político em Norris (1999).....	16
Quadro 2 – Dimensões da adesão democrática e seus fatores de medida (Carlin e Singer, 2011).....	19
Quadro 3 – Dimensões do apoio à democracia liberal no México.....	21
Quadro 4 – Sistemas de crenças dos mexicanos com relação à democracia.....	22
Quadro 5 – Sistematização dos estudos sobre adesão democrática.....	23
Quadro 6 – Valores políticos básicos, de 1989 a 1990, em %.....	29
Quadro 7 – Cultura política dos brasileiros: 1989.....	30
Quadro 8 – Atitudes dos democratas e não-democratas, em %.....	32
Quadro 9 – Dimensões da adesão à democracia em Fuks et all (2016).....	34
Quadro 10 – Fonte de dados para o teste de hipótese.....	43
Quadro 11 – Variáveis para medir a adesão à democracia.....	43
Quadro 12 – Indicadores e agregações para a análise da adesão à democracia.....	44
Quadro 13 – Descrição das variáveis recodificadas e/ou transformadas.....	49
Quadro 14 – Composição dos fatores e cargas fatoriais.....	51
Quadro 15 – Perfis de adesão à democracia em 2010.....	56
Quadro 16 – Perfis de adesão à democracia em 2014.....	58
Quadro 17 – Perfis de adesão à democracia em 2018.....	61
Quadro 18 – Planejamento da Análise fatorial.....	79
Quadro 19 – Síntese do 1º estágio de planejamento da AF.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Testes de adequação das amostras e comunalidades.....	81
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: ADESÃO À DEMOCRACIA - O QUE DIZ A LITERATURA	14
1.1. Adesão democrática: dos clássicos à ambiguidade de valores políticos.....	14
CAPÍTULO 2: O CASO BRASILEIRO	29
2.1. O caso brasileiro: Ascensão e declínio da adesão democrática?	29
CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA	40
3.1. Estratégia de pesquisa e dados utilizados	40
3.2. Tipologia para a análise da adesão ao regime democrático	41
3.3. Os métodos utilizados e o tratamento dos dados	49
CAPÍTULO 4: A ADESÃO DOS BRASILEIROS À DEMOCRACIA... QUE VALORES SÃO ESSES?.....	51
4.1. A estrutura formada pelos valores políticos dos brasileiros	51
4.2. Agrupando os casos: democratas de um lado e autoritários de outro?	56
4.3. Um balanço das análises: dados, contexto e reflexões	65
CONCLUSÃO.....	74
APÊNDICE METODOLÓGICO: TÉCNICAS DE ANÁLISE	78
1.1. Técnica 1: Análise Fatorial	78
1.2. Técnica 2: Análise de agrupamentos	86
1.2.1. O método selecionado	87
1.2.2. A definição do nº de clusters (K).....	88
1.2.3. A interpretação dos clusters.....	89
1.2.4. Considerações sobre os processamentos das análises de agrupamentos	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

A problematização das práticas, crenças e valores dos cidadãos frente à democracia constituiu uma agenda de pesquisa a partir dos trabalhos de Almond e Verba (1963) buscando entender como os cidadãos em diferentes democracias concebem o regime e se relacionam com ele, valorizando ou não o regime e os princípios democráticos como o voto e demais mecanismos de participação (Putnam, 2006; Inglehart, 1988; Diamond, 1994; Eckstein, 1988; Santos, 1993; Lamounier e Souza, 1991; Moisés, 1995; Reis e Cheibub, 1995, etc).

Nesse sentido, o apoio ao sistema político democrático tornou-se objeto de análise de uma série de estudos que nas últimas três décadas mostraram a crescente preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo, configurando um processo de valorização do regime e dos princípios democráticos, paralelamente à insatisfação com seu funcionamento e desconfiança com as instituições da democracia representativa, como partidos, governo e parlamento (Klingemann e Fuchs, 1995; Klingemann, 1999; Dalton, 1999; Dalton 2004).

No entanto, o alcance e a natureza desses valores democráticos têm sido relativizados pelos estudiosos das chamadas “novas democracias” (Mishler e Rose, 1999; Torcal e Monteiro, 2006; Bratton e Mattes, 2001; Booth e Seligson, 2009). Ao pesquisarem países com transição política recente, esses autores apontam para a fragilidade da adesão ao regime nesses contextos (Fuks et all, 2016) e chamam a atenção para a ambivalência dos valores políticos dos cidadãos, em especial na América Latina (Moisés, 2008; Salinas e Booth, 2011; Schedler e Sarsfield, 2009).

Dados recentes como o do Centro de Pesquisas Pew¹ sugerem que estaria em curso uma transformação mais ampla nos valores políticos dos cidadãos, com o enfraquecimento do apoio a princípios-chave do regime e a abertura crescente à alternativa não democrática por parte da opinião pública, em especial nas democracias instauradas com a terceira onda de democratização² ocorrida nos anos 80 na América Latina e Leste Europeu³ (Howe, 2017). De

¹ Ver <http://www.pewresearch.org/>. O Pew Research Center é um centro de informações que realiza pesquisas de opinião pública, demográficas, análise de conteúdo midiático, dentre outras pesquisas científicas. Pesquisa realizada com 41.953 entrevistados em 38 países, de 16 de fevereiro a 8 de maio de 2017: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Holanda, Polônia, Espanha, Suécia, Reino Unido, Rússia, Austrália, Índia, Indonésia, Japão, Filipinas, Coreia do Sul, Vietnã, Israel, Jordânia, Líbano, Tunísia Gana, Quênia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Venezuela. Os resultados da pesquisa são baseados em amostras nacionais.

² Referência base: HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX.

³ Teorias clássicas sobre transitologia: Rustow (1970); O'Donnell & Schmitter (1986c).

acordo com a pesquisa, realizada em 38 nações no ano de 2017, mais de 50% dos cidadãos em todos os países analisados consideram a democracia representativa uma forma muito boa de governo, mas em regiões como a África e a Ásia, a ideia de um governo administrado por generais e almirantes é avaliada positivamente por mais de 40% dos entrevistados.

Na América Latina, o apoio a um regime autoritário em 2018 chegou a 27% no Paraguai, 23% no Chile e 20% na Guatemala, sem evidências de estar relacionado com o descontentamento com o governo, já que 77% dos que não aprovaram o governo na região apoiaram a democracia (Latinobarômetro 2018⁴).

As pesquisas realizadas no Brasil têm seguido na mesma direção, mostrando que a instauração do Estado Democrático de Direito e a realização de eleições periódicas e competitivas a partir de 1989 marcaram um processo de valorização progressiva da democracia pelos brasileiros ao longo dos anos 90 (Moisés 1990, 1992, 1995). Esse processo, no entanto se altera a partir dos anos 2000, configurando um quadro de valorização da democracia com desconfiança e insatisfação crescente com o funcionamento das instituições do sistema representativo. Com isso configura-se uma adesão democrática marcada pela separação entre a valorização do regime e o reconhecimento do papel dos partidos e do Congresso para o funcionamento da democracia (Meneguello 2007 e 2010), e também pela ambivalência das atitudes com relação ao regime (Moisés, 2008; Fuks et all, 2016). Esse quadro se agrava a partir de 2010, com uma desvalorização que não se limita às instituições, e passa a atingir o regime e os princípios democráticos, com a crescente tolerância dos brasileiros à forma de regime autoritário e à intervenção militar. A preferência pela democracia como forma de governo, que havia chegado ao ápice de 77,4% em 2010, caiu para 64% em 2014, se mantendo em 68,7% em 2018 (ESEB 2010, 2014 e 2018).

Com base na bibliografia e no problema desenhado com o levantamento dos dados, questiona-se: *Que contornos a adesão à democracia adquirir a partir do declínio da preferência pelo regime como forma de governo e a desvalorização de princípios democrática indicada pelas pesquisas de opinião a partir de 2014?*

Partindo desta questão, o presente trabalho tem como objetivo analisar os valores que compõe a adesão dos brasileiros ao regime, bem como seus diferentes perfis, com base no modo como aderem à democracia em suas diferentes dimensões, na preferência que manifestam pelo regime como forma de governo, e nos posicionamentos a respeito de questões utilizadas aqui como fatores de medida das diferentes dimensões da adesão

⁴ Informe 2018 Latinobarômetro, disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

democrática. Parte-se do argumento de que a adesão é multidimensional e suas dimensões são independentes, o que possibilita a emergência de atitudes ambíguas com relação ao regime, viabilizando a existência de diferentes perfis de adesão.

Nesse sentido, não acreditamos que esteja em questão o crescimento de uma base social autoritária totalmente coesa, por isso trabalha-se com a hipótese de que o que ocorre a partir de 2014 é *o crescimento de uma adesão democrática ambígua, composta simultaneamente por valores democráticos e não-democráticos*.

A análise da adesão à democracia para a compreensão da sua queda recente não constituiu até o momento objeto de estudo para o caso brasileiro. O recorte temporal proposto se justifica porque a desvalorização do regime e dos princípios democráticos no Brasil é um fenômeno não anterior a 2010, como indicado pela revisão bibliográfica e dados de pesquisas recentes (ESEB, 2014 e 2018; INCT, 2018).

Com isso o trabalho contribui para entender os elementos constitutivos da adesão democrática dos cidadãos e sua aparente queda recente, considerada preocupante por si só, como um indicador da saúde da democracia brasileira.

O presente texto está dividido em 5 seções além desta introdução: no capítulo 1 apresento o referencial teórico sobre adesão democrática. No capítulo 2 trato do caso brasileiro, no capítulo 3 apresento o desenho de pesquisa e no capítulo 4 os dados são apresentados e discutidos, com uma breve conclusão em seguida.

CAPÍTULO 1: ADESÃO À DEMOCRACIA - O QUE DIZ A LITERATURA

1.1. Adesão democrática: dos clássicos à ambiguidade de valores políticos

O apoio à democracia como forma de governo e a valorização dos princípios democráticos se traduzem em termos teóricos, no conceito de adesão democrática no âmbito dos estudos de comportamento político. Desde a década de 1980, inúmeros trabalhos têm se voltado para o estudo desse fenômeno em diferentes partes do mundo, especialmente nas democracias que emergiram com a terceira onda de democratização (Huntington, 1994), iniciada em meados da década de 1970 com a restauração das democracias em Portugal, Espanha e Grécia, seguido de países na América Latina e Ásia, além da Europa Central e Oriental. Nestes casos, a reflexão teórica se deu no sentido de compreender em que medida o apoio ao novo sistema político era capaz de conferir legitimidade ao mesmo, viabilizando seu sucesso a médio e longo prazo (Klingemann, 1999; Norris, 1999a). Assim, um novo regime

só poderia se tornar uma democracia estabelecida se suas instituições contassem com o apoio majoritário da população (Rose, 2002).

A literatura vem sustentando que o apoio à democracia como forma de governo se distingue de outros fenômenos como a satisfação com seu próprio desempenho, a indiferença dos cidadãos com a política ou mesmo a desconfiança para com a dinâmica democrática e suas instituições. São fenômenos conceitual e empiricamente distintos, constitutivos de dimensões atitudinais diferentes (Gunter e Monteiro, 2003).

A satisfação com o regime, por exemplo, seria o resultado de uma discrepância entre atitudes geralmente positivas com respeito ao sistema político, e avaliações negativas do modo como este funciona, variando por isso de acordo com as avaliações do desempenho dos governantes ou das instituições democráticas. Já a indiferença política seria reflexo de uma visão mais desconfiada da vida política e das instituições, constituída a partir do processo de socialização do cidadão e por isso mais resistente à mudança (Gunter e Monteiro, 2003).

Por sua vez, o conceito de apoio ao regime diz respeito à legitimidade atribuída às regras do jogo. Trata-se das crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa constituem a mais apropriada e única aceitável estrutura de governo, independente do desempenho de governos e lideranças. Nesse sentido, entender em que medida os cidadãos de uma sociedade aderem ao regime democrático significa, portanto, entender o quanto este regime é legítimo aos olhos desses cidadãos (Gunter e Monteiro, 2003; Carneiro, 2009).

Na prática, aderir à democracia significa reconhecer e valorizar o regime em suas diferentes dimensões, em especial as procedimentais, como a realização de eleições livres, limpas e periódicas, a garantia de freios e contrapesos institucionais, a existência real de competitividade política e a garantia de direitos e liberdades como a de expressão e associação política. Dimensões mais substantivas como igualdade e responsividade também devem ser consideradas para a compreensão da adesão dos cidadãos à democracia, pois estão associadas a uma definição maximalista do regime, cada vez mais valorizada nos estudos sobre adesão democrática.

Em termos teóricos, são 3 as principais abordagens teóricas que tratam do apoio à democracia e ao sistema político de modo mais amplo. A primeira delas, a teoria da modernização, sugere que os cidadãos ficam insatisfeitos e cada vez mais críticos da elite política em função de mudanças nos sistemas de valores. A valorização de questões pós-materiais, como meio ambiente e qualidade de vida passam a incorporar as preferências,

atitudes e valores dos cidadãos com o desenvolvimento advindo da modernização. Através dela, uma agenda de demandas sociais que antes era preenchida por questões básicas de subsistência, passa a ser composta também por temas considerados pós-materialistas, resultando em demandas mais desafiadoras ao sistema político e que ao não serem atendidas viabilizam cidadãos insatisfeitos (Inglehart e Welzel 2005).

Já nos modelos racionalistas, o apoio ao regime depende substancialmente do desempenho político (governo e instituições) e econômico (ver Weatherford, 1992 e Przeworski, 1991). A hipótese básica para estes modelos é que os indivíduos tendem a apoiar um governo e, por extensão, um regime democrático, se acreditarem que vale a pena fazer isso. Uma vez que os indivíduos diferem em condições e expectativas econômicas, é necessário identificar quais as condições econômicas que têm maior influência no apoio às alternativas democrática e autoritária (Norris, 1999a; Rose, 2002).

Por fim, os culturalistas ressaltam a importância do processo de socialização para a valorização do regime e dos princípios democráticos. Por esta chave analítica os valores e crenças políticas são formadas durante um longo processo de socialização iniciado na infância (Almond e Verba, 1963; Inglehart, 1990), e que é afetado por variáveis como renda, escolaridade e idade. Cada passo na socialização diferencia os indivíduos uns dos outros e o objetivo desta vertente consiste em identificar quais passos em particular são mais importantes para o apoio às alternativas democrática e autoritária de governo (Rose, 2002).

A despeito das diferenças, as abordagens concebem o apoio como um produto da experiência do cidadão, se diferenciando pelas experiências consideradas mais relevantes. Para alguns autores como Rose (2002) as teorias não são antagônicas, mas complementares, podendo por isso ser integradas em um único modelo de aprendizado contínuo, no qual o apoio ao regime é formado inicialmente pelas primeiras experiências e depois evolui continuamente ao longo da vida adulta, enquanto as crenças iniciais são reforçadas ou contestadas por experiências posteriores.

Adotando nesse trabalho a chave culturalista de análise, a adesão ao regime democrático consiste, portanto, de um valor mais estável, cultivado através do processo de socialização do cidadão, não estando, por isso, suscetível aos altos e baixos do desempenho do governo ou da flutuação econômica de curto prazo. No caso das novas democracias o estabelecimento destas após o fim de um regime não democrático implica com que o apoio ao novo regime como forma de governo seja resultado tanto de uma comparação com a situação anterior, quanto da experiência e socialização com a nova situação, viabilizando a partir daí o

compromisso com os valores democráticos. Ao menos a princípio esse “crédito” depositado no novo regime estaria condicionado pela experiência e socialização mais imediata do cidadão (Fuchs e Roller, 2006)

A base desse argumento se encontra, pois, na distinção entre apoio difuso e apoio específico de Easton (1975). Segundo o autor, enquanto o apoio específico estaria relacionado às ações e desempenho do governo ou das elites políticas, resultando da satisfação percebida com o desempenho do regime e por isso sensível a variações de curto prazo associadas ao desempenho econômico e institucional, o apoio difuso, referente a um conjunto mais amplo de atitudes em relação à política e ao funcionamento do sistema político seria mais durável e estável. Este tipo de apoio seria então mais importante para a estabilidade do regime, e estaria associado ao processo de socialização do cidadão com o sistema político.

Baseados no esquema de Easton, Norris (1999) aprimorou a discussão em torno das múltiplas dimensões do conceito de legitimidade política, estabelecendo um novo quadro de referências ao propor 5 dimensões para a análise do apoio político por parte do cidadão, como indicado no quadro 1. Segundo a autora, as dimensões variam dentro de um *continuum* de apoio, que vai desde um apoio mais difuso à comunidade política, até o apoio mais específico a atores políticos.

Quadro 1. Dimensões do apoio político em Norris (1999)

Dimensão - apoio à:	Explicação
Comunidade política	Entendido como significando um apego básico à nação além das atuais instituições de governo e uma disposição geral de cooperar politicamente. Os limites da comunidade política podem ser definidos mais estreitamente em termos de uma comunidade local ou regional, ou uma comunidade definida por clivagens políticas baseadas em identidades étnicas, de classe ou religiosas, tanto quanto por geografia. O apego à nação é convencionalmente medido por itens que captam um sentimento de pertencer à comunidade, orgulho nacional e identidade nacional.
Princípios centrais do regime	Valores como liberdade, participação, tolerância, respeito pelos direitos legais institucionais e o Estado de direito.
Avaliação de seu desempenho	Significa apoio à forma como o sistema político funciona na prática e é normalmente medida pela satisfação com o desempenho da democracia.
Instituições do regime	Refere-se às avaliações das instituições representativas e à confiança depositada nelas.
Autoridades e atores políticos	Refere-se às avaliações de políticos como uma classe e ao desempenho de determinados líderes.

Fonte: elaboração própria a partir de Norris (1999)

É importante que sistemas políticos democráticos mantenham o apoio de seus cidadãos se quiserem permanecer viáveis. No entanto, como os governos ocasionalmente deixam de atender às expectativas dos cidadãos, os fracassos de curto prazo para satisfazer as demandas públicas não devem corroer diretamente o apoio difuso ao regime. Por serem independentes, a ausência de apoio para cada uma das dimensões da legitimidade do sistema político pode ter implicações diferentes para a democracia. Assim, à medida que o objeto de insatisfação se torna mais geral - o desempenho do regime ou apego à comunidade política - as implicações políticas aumentam (Dalton, 1999).

A divisão proposta por Norris (1999a) demonstra que cidadãos podem manifestar seu desacordo a partidos políticos, sem condenarem o regime, algo que é empiricamente investigado em seu livro, evidenciando que coexistem altos níveis de apoio à comunidade política e aos princípios do regime democrático, com crítica à sua performance, instituições e autoridades.

É, pois, esta possibilidade que viabiliza a emergência do que a autora chama de cidadãos críticos: cidadãos democratas, que exprimem seu apoio à comunidade política e aos princípios do regime democrático, mas que desconfiam das instituições democráticas.

Essa tendência ambígua de apoio ao sistema político é constatada por Norris (1999) tanto em democracias estabelecidas, quanto em democracias mais novas na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Naquele momento, a maioria dos cidadãos compartilhavam aspirações generalizadas aos ideais e princípios do regime democrático, que era considerado a melhor forma de governo, a despeito dos padrões de insatisfação com o desempenho do regime e desconfiança crescente com as instituições representativas, especialmente parlamentos e partidos, evidenciando um paradoxo de atitudes políticas de cidadãos que aderem fortemente a valores democráticos, mas são críticos ao funcionamento e desempenho do regime.

De modo geral, os estudos inspirados pelo marco teórico proposto por Norris (1999), como o de Klingemann (1999) e Dalton (1999) vão no mesmo sentido ao evidenciar que os diferentes tipos de apoio político são distinguíveis e independentes ao nível da percepção individual, e apostam em implicações positivas dessa postura política crítica dos cidadãos, ao argumentar que a insatisfação com o funcionamento do regime democrático não abalaria a fé na democracia enquanto sistema que organiza a vida política porque alimentaria os apelos para reformar os processos da democracia representativa e assim melhorá-la. O problema estaria centrado nas instituições e processos da democracia representativa, não na

adesão a valores e princípios democráticos. A emergência de cidadãos críticos seria um desafio às democracias, que deveriam então se adaptar à nova dinâmica da política e ao novo estilo de política participativa.

A questão é que em democracias recentes, advindas da terceira onda de democratização e marcadas por uma ampla gama de problemas sociais, o alcance e a natureza dessa adesão têm sido relativizados por estudiosos das chamadas “novas democracias” (Mishler e Rose, 1999; Torcal e Monteiro, 2006; Bratton e Mattes, 2001; Booth e Seligson, 2009). Ao pesquisarem países com transição política recente, esses autores apontam para peculiaridades da adesão à democracia nesses contextos, chamando a atenção para o fato de que valorizar a democracia como um fim em si mesmo garantidor de liberdades e igualdade de direitos, e não como um meio para a obtenção de determinados fins como a redução da pobreza e a melhoria dos padrões materiais de vida é fundamental para entender o nível de compromisso dos cidadãos com o novo regime democrático.

No caso africano, por exemplo, Bratton e Mattes (2001) encontram uma preferência majoritária pela democracia enquanto forma de governo, associada à valorização das liberdades políticas usufruídas pelos cidadãos, a despeito da insatisfação com o desempenho governamental, configurando o que os autores denominam de apoio intrínseco ao regime.

No caso da América Latina, Korstanje (2007) analisa as percepções de latino-americanos constatando que entre 1996 e 2004, a maior parte dos países da região apresentou uma queda na taxa da preferência pela democracia. Ao total, o apoio democrático no período compreendido pela análise teria caído, segundo o autor, 8 pontos percentuais.

Salinas e Booth (2011) vão na mesma linha ao examinar o compromisso dos latino-americanos com a preferência pela democracia, o apoio aos direitos básicos de participação política e a tolerância à participação política de críticos ao regime. Com dados do LAPOP para o ano de 2008, os autores constatam altos níveis de preferência pela democracia e apoio a direitos básicos de participação política, mas níveis baixos de tolerância (média regional de 52%), em comparação com os índices das outras duas atitudes analisadas.

Fuks et al. (2016) relativizam os índices de apoio normativo à democracia, problematizando as atitudes auferidas em surveys e associadas à adesão democrática. Segundo os autores é perfeitamente possível que a afirmação de que a despeito de todos seus problemas a democracia é a melhor forma de governo, coexista com o entendimento de que a democracia poderia ser colocada em suspenso pelos militares, se estes tivessem as condições

de resolver problemas como violência ou crise econômica. Seria necessário avaliar a consistência das atitudes daqueles que são considerados democratas pelo simples fato de avaliarem a democracia como a melhor forma de governo, contrastando este apoio com outros entendimentos sobre valores, procedimentos e instituições democráticas. Nesse sentido, os autores tornam a análise da adesão à democracia mais complexa ao reconhecer sua multidimensionalidade não só na linha do que o trabalho de Norris (1999, 2011) já apontara, mas nas diferentes dimensões que compõem o apoio à própria democracia.

É nesta linha que Carlin e Singer (2011) analisam dados de 2006/7 do Barômetro das Américas (LAPOP) para 12 democracias na América Latina, buscando entender em que medida a democracia liberal desfruta de amplo apoio popular na região. Os autores identificam cinco perfis de apoio para os valores e normas centrais da democracia. As dimensões da adesão identificadas e seus fatores de medida são apresentados no quadro 2:

Quadro 2. Dimensões da adesão democrática e seus fatores de medida (Carlin e Singer, 2011)

Dimensão	Fatores de medida
Contestação pública	Índice que combina orientações para (a) leis que proíbem protestos e a formação de movimentos sociais e (b) censura governamental de programas de televisão, livros em bibliotecas públicas e mídia crítica.
Participação inclusiva	Índice elaborado a partir de perguntas sobre a tolerância com cidadãos que falam mal do regime (a) para votar, (b) para realizar protestos pacíficos expressando idéias políticas, (c) para concorrer a cargos públicos, e (d) para expressar suas opiniões políticas na televisão.
Apoio ao limite da autoridade executiva	Indicador binário que explora crenças sobre a inviolabilidade das liberdades civis por meio da rejeição da declaração: "Nossos presidentes devem ter o poder necessário para agir em favor do interesse nacional", e concordância com: "O poder de nossos presidentes deve ser limitado de modo a não colocar nossas liberdades em risco".
Respeito aos controles institucionais	Medida através de duas questões sobre se suspender a operação da (a) legislatura ou (b) da Suprema Corte seria sempre justificável.

Fonte: Carlin e Singer (2011)

Partindo da concepção de democracia elaborada por Dahl (1997), os autores desenvolvem uma medida teoricamente fundamentada de apoio à poliarquia na América Latina, constatando que embora alguns cidadãos aceitem ou rejeitem todos os 5 princípios da poliarquia identificados, cerca de 70% da amostra se encaixa em um dos três perfis mistos que apresentam adesão a alguns valores, mas não a outros. São latino-americanos ambivalentes

em relação aos princípios de contestação e participação, e estão divididos quanto às medidas apropriadas para restringir a autoridade política e/ou o respeito aos pesos e contrapesos institucionais.

Os poliarcas, ou seja, os cidadãos com um perfil inabalável de apoio à poliarquia, se mostram no estudo não só mais educados, ricos e cognitivamente engajados com a política, como também tendem a realizar avaliações mais altas da economia, ainda que avaliações mais baixas do presidente.

Ao identificar e analisar 3 perfis ambivalentes para além dos tipos ideais poliarca e não-poliarca, Carlin e Singer (2011) reforçam o argumento de que a adesão democrática é um conceito multidimensional e que para além dos democratas ou não democratas do tipo ideal, há uma gama de sistemas de crenças ambivalentes que precisam ser levadas em consideração para a compreensão não só do comportamento político dos cidadãos, como também para o desenvolvimento de novas teorias sobre a relação entre este comportamento e o regime democrático. Conceitualmente, como as medidas são fundamentadas pela concepção de um poliarca enquanto cidadão que apoia os valores, normas, procedimentos e instituições que sustentam a contestação e a participação, os eixos centrais da poliarquia (Dahl, 1997), esses eixos se tornam as dimensões definidoras da adesão, atribuindo aos perfis maior validade de construto.

Adotando uma abordagem semelhante ao esforço de Collier e Levitsky (1997) para conceituar "democracias com adjetivos", Schedler e Sarsfield (2009) também evidenciam que os sistemas de crenças dos cidadãos podem conter orientações variadas para diferentes dimensões da democracia. Com base na Pesquisa Nacional sobre Cultura Política realizada no México em 2005⁵, os autores buscam capturar os diferentes perfis de apoio à democracia, identificando democratas "com adjetivos" baseados em orientações para múltiplas dimensões da democracia liberal. Analisam o apoio direto e indireto ao regime a partir de 4 dimensões, indicadas no quadro 3:

⁵ N = 4.700. Amostra Nacional e representativa

Quadro 3. Dimensões do apoio à democracia liberal no México

Dimensão normativa	Nome da variável	Formulação da pergunta	Codificação das respostas
Apoio direto à democracia	Democracia <i>versus</i> ditadura	“O que você acha que é melhor para o país? Uma democracia que respeite os direitos de todas as pessoas. Uma ditadura que assegure o avanço econômico, ainda que não respeite o direito de todas as pessoas”.	(1) Ditadura (2) Nem um e nem outro (3) Democracia
Liberdade de associação	Liberdade de associação	“Pelo que você pensa, o governo deveria ou não intervir nas decisões a respeito se alguém quiser se organizar com outras pessoas?”	(1) O governo deveria intervir (2) Deveria intervir em parte (3) Não deveria intervir
Liberdade de expressão	Liberdade de expressão	“Estaria disposto a sacrificar a liberdade de expressão em troca de viver sem pressões econômicas?”	(1) Sim (2) Em parte (3) Não
	Pluralismo de opinião na TV	“Você concorda ou discorda de que apareça na TV uma pessoa que vá dizer coisas que estão contra sua forma de pensar?”	(1) Não (2) Em parte (3) Sim
Igualdade política	<i>“Da lista que vou ler, em sua opinião me diga: Quem deveria participar da política e quem não?”</i>		
	Participação de indígenas	Os indígenas	(1) Não (2) Em parte (3) Sim
	Participação de homossexuais	Os homossexuais	(1) Não (2) Em parte (3) Sim

Fonte: Schedler e Sarsfield (2009)

Os autores realizam correlações bivariadas e análise fatorial, constatando baixos níveis de consistência entre as atitudes, evidenciando com isso que elas são independentes, e a existência de um sistema de crenças democrático liberal paralelamente a 5 sub-tipos de formas de aderir à democracia, caracterizadas pela rejeição de pelo menos um dos 6 princípios considerados, revelando não só uma inconsistência ideológica entre os cidadãos mexicanos, como também que todos os democratas, com exceção dos liberais consistentes, manifestam convicções iliberais em pelo menos uma dimensão, como indicado no quadro 4:

Quadro 4. Sistemas de crenças dos mexicanos com relação à democracia

Conglomerados %	1	2	3	4	5	6	
	Participação de homossexuais	Participação de indígenas	Liberdade de organização	Liberdade de expressão	Pluralismo de pensamento na TV	Democracia <i>versus</i> Ditadura	
Democratas liberais	13,6	liberal	liberal	liberal	liberal	liberal	democrático
Democratas intolerantes	14,6	liberal	liberal	liberal	ambivalente	iliberal	democrático
Democratas paternalistas	19,7	liberal	liberal	iliberal	ambivalente	ambivalente	democrático
Democratas homofóbicos	17,2	iliberal	liberal	ambivalente	ambivalente	ambivalente	democrático
Semi-democratas excludentes	21,8	iliberal	iliberal	ambivalente	ambivalente	ambivalente	ambivalente
Não-democratas ambivalentes	13,1	liberal	liberal	ambivalente	ambivalente	ambivalente	autoritário

Fonte: Schedler e Sarsfield (2009)

Ao relacionar sistematicamente as respostas dos cidadãos a questões diretas e abstratas sobre o apoio democrático, com suas respostas a questões mais indiretas e concretas sobre ideias e instituições democráticas liberais, os autores identificam configurações de atitudes complexas e inconsistentes com relação à democracia, que não são equivalentes a identificar níveis intermediários em um continuum normativo como sugerido por Norris (1999), pois constituem subtipos de democratas que acolhem a democracia em abstrato, mas que são hostis aos princípios centrais da democracia liberal. Uma visão sistematizada das principais contribuições da literatura para esse tema pode ser visualizada no quadro 5:

Quadro 5. Sistematização dos estudos sobre adesão democrática

Autor	Conceito	Dimensões	Resultados
Estudos que não delimitam os componentes do conceito de democracia para mensurar as dimensões da adesão ao regime			
<p>Norris (1999) Dalton (1999) Klingemann (1999)</p>	<p>Legitimidade do sistema político</p>	<p>Comunidade política</p> <p>Princípios centrais do regime</p> <p>Desempenho do regime</p> <p>Instituições do regime</p> <p>Autoridades e atores políticos</p>	<p>A existência de cidadãos críticos: cidadãos que aderem a valores democráticos, mas são críticos às instituições e ao desempenho do regime.</p> <p>A adesão a valores e princípios democráticos é forte.</p>
<p>Bratton e Mattes (2001) Mishler e Rose (1999) Torcal e Monteiro (2006) Booth e Seligson (2009)</p>	<p>Preferência por regime político</p> <p>Valores políticos</p>	<p>Preferência pela democracia</p> <p>Direitos de participação política</p> <p>Satisfação com o desempenho governamental</p> <p>Tolerância à participação política de críticos ao regime</p>	<p>Relativização do alcance e da natureza da adesão democrática nos regimes da 3ª onda</p> <p>Constatação de uma adesão constituída por valores ambíguos na África e América Latina</p>
Estudos que delimitam os componentes do conceito para mensurar as dimensões da adesão ao regime			
<p>Meneguello (2006a, 2007 e 2010)</p>	<p>Adesão à democracia</p>	<p>Preferência pela democracia</p> <p>Eficácia do voto</p> <p>Disposição à votar caso o voto não fosse obrigatório</p> <p>Valorização dos partidos</p>	<p>Adesão à democracia enquanto forma de governo no Brasil, associada à valorização do voto e das eleições como forma de intervenção na política, mas não à valorização das instituições representativas como Congresso e partidos.</p>
<p>Moisés (2008)</p>	<p>Adesão à democracia</p>	<p>Medidas de apoio normativo à democracia</p>	<p>Ambivalência nas atitudes com relação à democracia na Am. Latina, com destaque para o Brasil.</p>
<p>Schedler e Sarsfield (2009)</p>	<p>Apoio à democracia liberal</p>	<p>Apoio direto à democracia</p> <p>Liberdade de associação</p> <p>Liberdade de expressão</p> <p>Igualdade política</p>	<p>Ambivalência nas atitudes com relação à democracia</p> <p>Diferentes perfis de adesão à democracia no México</p>
<p>Carlin e Singer (2011)</p>	<p>Apoio à democracia liberal (Poliarquia)</p>	<p>Contestação pública</p> <p>Participação inclusiva</p> <p>Apoio ao limite da autoridade executiva</p> <p>Respeito aos controles</p>	<p>5 perfis de apoio aos valores e normas centrais da democracia na Am. Latina</p> <p>Sistemas de crenças ambivalentes entre os Latino-americanos</p> <p>A multidimensionalidade da adesão</p>

		institucionais	democrática
Fuks et al. (2016)	Adesão à democracia	Preferência por regime político Adesão a eleições livres e competitivas Adesão normativa ao voto Adesão ao princípio da participação política Adesão ao princípio da representação política	A multidimensionalidade da adesão ao regime A inconsistência das atitudes daqueles que preferem a democracia. Não há um sistema de crenças coeso. A independência das dimensões de adesão ao regime

Fonte: elaboração própria

A possibilidade de que os cidadãos possam ser incoerentes em suas atitudes com relação à democracia vem sendo cada vez mais explorada, através de relações bivariadas entre preferências genéricas pela democracia, instituições e ideais democráticos. Estas contribuições constituem um importante avanço aos estudos sobre adesão democrática, pois quebram com a ideia de *continuum* de valores e com o uso abstrato do conceito de democracia que predominaram nos estudos sobre apoio ao regime político.

Propor um modelo para mensurar a adesão à democracia a partir de perguntas que medem a percepção dos cidadãos sobre princípios, procedimentos e instituições democráticas, e não apenas a preferência pelo regime em abstrato e em comparação à sua alternativa autoritária, é fundamental para captar a adesão dos cidadãos à democracia em suas diferentes dimensões. Alguns são a favor de um homem forte, enquanto outros se opõem a ditadores, mas defendem economistas tecnocratas para tomar as decisões econômicas. Como Rose (2002) argumenta, a preferência pela democracia como "a melhor forma de governo" no abstrato pode dizer pouco se não vem acompanhada do entendimento que as pessoas têm por essa afirmação.

É com atenção a esse ponto que os estudos mais recentes sobre adesão democrática evidenciam a ocorrência de diferenciações internas em uma mesma cultura política. O enfoque nesse aspecto possibilita a identificação de diferentes conjuntos de valores políticos e das formas desiguais de difusão das mudanças valorativas pela sociedade (Rennó, 1998). Quando a literatura evidencia a existência de diferentes perfis de apoiadores da democracia, ela está evidenciando a existência de subculturas político-democráticas. Assim, o

caráter heterogêneo da cultura política dos cidadãos precisa ser considerado para a compreensão da adesão democrática.

1.2. Fatores de medida e implicações para o estudo da adesão democrática

Com base no panorama traçado na seção anterior, é possível argumentar que o maior problema dos estudos voltados à análise da adesão ao regime democrático consiste na mensuração do conceito. A maioria das pesquisas sobre preferência pela democracia, como a de Bratton e Mattes (2001) e Chu et al (2008) não delimitam os componentes e atributos constitutivos do conceito de democracia para com base nisso construir um modelo para mensurar as dimensões da adesão ao regime democrático. Limitam-se, pois à análise de perguntas diretas e genéricas sobre atitudes com relação à democracia, sem considerar também perguntas que mensuram valores sobre instituições e princípios democráticos, salvo algumas exceções como Schedler e Sarsfield (2009), Carlin e Singer (2011), Fuks et al (2016) e Meneguello (2007, 2010).

A literatura se refere de diferentes maneiras a estas perguntas. Inglehart e Welzel (2003), por exemplo, as classificam como instrumentos que medem o apoio "aberto" à democracia. Outros as classificam como medidas de apoio idealista à democracia (Mishler e Rose, 2001), preferência pela democracia (Sarsfield, 2003), atitudes em relação à democracia como uma forma ideal de governo (Klingemann, 1999), ou apenas como apoio à democracia sem outras qualificações (Lagos, 2003b).

As formulações das perguntas utilizadas variam a depender da fonte de dados. As pesquisas de opinião internacionais mais conhecidas, como o World Values Survey ou o European Social Survey, usam perguntas semelhantes para medir o apoio à democracia, questionando sobre o nível de confiança nas instituições democráticas, o apoio à democracia como uma forma de governo (comparado a alternativas e sua adequação para o país), o desempenho da democracia no país e as características ideais ou mais importantes de uma democracia (Schwertheim, 2017).

Nesse sentido, as pesquisas de survey podem se referir à democracia como um "regime político", uma "forma de governo" ou um "sistema político" e podem convidar os entrevistados a avaliá-lo em comparação com o passado (com regimes anteriores especificados ou não) ou com alternativas não democráticas (com "uma ditadura", "um governo autoritário" ou "qualquer outra forma de governo") (Schedler e Sarsfield, 2009). A medida mais comumente utilizada de apoio à democracia, conhecida como hipótese de

Churchill - *A Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível à uma democracia; Para pessoas como eu, não importa se o regime é democrático ou não democrático* -, configura o que Rose (2002) denomina de avaliação contingente da democracia, pois pressupõe que o regime democrático não é ideal para todos os objetivos. Pode funcionar bem em algumas circunstâncias, mas não em outras. A comparação entre alternativas reais de regimes é segundo o autor, a melhor opção para situações onde houve transição de regime político.

Outras questões por vezes também são usadas, como “Qual seria a melhor forma de governo, eleito pelo povo ou o governo que faz as coisas?”; ou ainda “Você acredita que a democracia é a melhor forma de governo ou há outra forma de governo melhor?”.

Assim, as questões dos surveys sobre democracia são estruturadas de modos diferentes, dependendo do emprego de uma definição idealista - que pergunta às pessoas sobre como seu país deveria ser governado - ou realista - focada na maneira como as pessoas reagem aos regimes que já conheceram - e da presença ou não de comparações com regimes alternativos.

O caminho que se faz depende, portanto do contexto. Não é realista esperar que questões emprestadas de pesquisas de opinião pública em democracias estabelecidas sejam suficientes para entender atitudes políticas em sociedades em transição, pois em uma democracia estabelecida, não há escolha entre regimes. Já nos países que passaram por regimes autoritários, é realista fazer perguntas como a hipótese de Churchill, que pede às pessoas para comparar alternativas reais e distintas de regime político (Rose, 2002).

A questão que permanece é: Qual a melhor maneira de medir o compromisso dos cidadãos com os ideais democráticos? As questões padrão utilizadas para medir a adesão democrática são medidas importantes para se entender o grau de valorização do regime enquanto forma de governo e por isso necessárias, mas são perguntas diretas e sobre atitudes com relação à democracia no abstrato, já que não especificam nenhum de seus atributos (Schedler e Sarsfield, 2009; Schwertheim, 2017).

Ao ignorar a natureza polissêmica da noção de democracia, as questões-padrão sobre o apoio democrático partem de pressupostos sobre a comparabilidade das ideias democráticas entre países e indivíduos, pondo em cheque a validade dos dados obtidos. A democracia pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes em momentos e lugares diferentes - governo pelo povo, participação, bem-estar social, direitos ou mesmo criminalidade. Os cidadãos podem ter ideias divergentes positivas ou negativas de democracia

e com base nisso apoiar ou não o regime, impossibilitando ao pesquisador entender até que ponto os cidadãos aderem de fato à democracia liberal representativa (Schedler e Sarsfield, 2009; Rose, 2002).

O entrevistado pode ainda se dizer apoiador da democracia, mas ser contrário às suas instituições ou apresentar valores antidemocráticos, configurando uma adesão ambígua que não é captada quando as análises se limitam ao emprego de questões diretas e abstratas sobre o apoio à democracia (Schwertheim, 2017).

Há, portanto, a necessidade de se esclarecer as noções e valores democráticos subjacentes. Assim, para resolver os problemas de validade destas medidas diretas e abstratas, é necessário associá-las a uma multiplicidade de questões indiretas mais específicas sobre princípios e instituições democráticas, aumentando assim a confiabilidade do indicador (Rose, 2002). Nesse sentido Schedler e Sarsfield (2009) apontam 3 vias metodológicas possíveis para resolver o problema de validade destas medidas, através da adoção de: (1) perguntas abertas sobre o que é democracia; (2) definições delimitadas por uma lista de atributos de um regime democrático que são classificados pelo entrevistado conforme o grau em que os considera essenciais, e (3) definições indiretas, que medem o nível de concordância do cidadão com determinados princípios e instituições da democracia liberal.

As três estratégias de mensuração possibilitam examinar o terreno conceitual e normativo no qual as preferências abstratas por democracia estão ancoradas. A princípio, elas permitem a exploração sistemática de conceitualizações contrastantes e inconsistências que os cidadãos podem expressar em suas atitudes em relação à democracia (Schedler e Sarsfield, 2009). Trata-se, pois, de empregar uma abordagem que considere a democracia como um elemento numa matriz multidimensional de valores políticos, a fim de melhor compreender o conteúdo da cultura política dos cidadãos (Rose, 2002).

Se por um lado o emprego de questões genéricas e abstratas sobre a preferência pela democracia como forma de governo gera um problema de validade à onda de estudos como o de Dalton (1999), Klingemann (1999) e Norris (1999) que ao analisarem o apoio à democracia evidenciaram níveis surpreendentes de assentimento democrático em diferentes contextos institucionais, culturais e socioeconômicos ao longo dos anos 1990; por outro lado também gera um problema de validade aos estudos mais recentes que vêm sustentando um processo de desconsolidação democrática em todo o mundo, como o de Foa e Mounk (2016).

Os debates recentes na literatura sobre atitudes em relação à democracia ilustram os desafios ligados ao uso de tais medidas para fazer amplas generalizações sobre a

consolidação ou desconsolidação da democracia, por isso é necessário realizar um exercício no sentido de empregar medidas mais indiretas e concretas que tornem o conceito de democracia menos controverso, vago e mutável, possibilitando aferir o nível de adesão dos cidadãos aos princípios e instituições da democracia liberal (Schedler e Sarsfield, 2009).

CAPÍTULO 2: O CASO BRASILEIRO

2.1. O caso brasileiro: Ascensão e declínio da adesão democrática?

O estudo da adesão democrática no Brasil se insere no conjunto mais amplo de trabalhos que têm relativizado o alcance e a natureza do crescente apoio à democracia em regimes nascidos com a terceira onda de democratização (Mishler e Rose, 1999; Torcal e Monteiro, 2006; Bratton e Mattes, 2001; Booth e Seligson, 2009).

A democracia brasileira resultou de um processo de transição controlado e negociado entre os atores dissidentes do regime militar e os setores mais moderados da oposição, o que atribuiu ao processo um caráter essencialmente político, possibilitando a continuidade de estruturas, instituições e elites políticas autoritárias (Marenco, 2007), sem contar com uma estratégia para a construção da democracia em suas dimensões para além da esfera política, (Przeworski, Moisés e Albuquerque, 1989). Como resultado desse processo, de 1986 a 1994 o país mudou quatro vezes de moeda e passou por seis experimentos de estabilização econômica, sendo apenas o último (Plano Real) bem-sucedido.

A sucessão de fracassos não apenas agravou a crise econômica e social, mas também comprometeu a governabilidade dos primeiros governos civis. Nesse sentido, a tarefa de enfrentar os problemas econômicos transformou-se em uma das maiores demandas da população desde o início do novo regime, constituindo um dos seus pilares do apoio político. É a partir em 1994, com a implantação do Plano Real de estabilização monetária, que se fortalece a tendência de associação das preferências públicas pela manutenção da estabilização às avaliações do governo (Meneguello, 2010). Nesse período, ocorreram mudanças favoráveis nos níveis de atividade econômica e de renda, transformando o quadro de pobreza no país e o quadro de consumo, marcado pela ampliação do acesso ao mercado de segmentos antes marginalizados (Hoffman, 2001).

Desde fins dos anos 80, no entanto, vinha se dando um processo de valorização do regime e dos princípios democráticos. A transição política brasileira durou mais de uma década, gerando, um amplo e complexo movimento de oposição ao autoritarismo que serviu

para redefinir o compromisso das elites com o regime político e para difundir em alguma medida as virtudes da democracia entre o público de massas. A experiência do terror do Estado, a crise econômica e a insatisfação gerada a partir dela, além do caráter semi-competitivo do regime anterior foram elementos que contribuíram para a deslegitimação do autoritarismo, abrindo caminho para a mudança progressiva das convicções políticas dos brasileiros (Moisés, 1992).

Pesquisas realizadas desde 1989 indicam uma mudança progressiva na orientação política dos brasileiros, como indicado no quadro 6:

Quadro 6. Valores políticos básicos, de 1989 a 1990, em %

Instituições	1989a	1989b	1990
Favoráveis à presença dos militares na política	46	42	36
Favoráveis aos partidos políticos (1)	50	49	53
Contrários ao controle governamental de sindicatos ou greves (2)	62	60	70
Participação	1989a	1989b	1990
Favoráveis a eleições diretas ou a participar de eleições (3)	61	66	71
Favoráveis ao voto dos analfabetos (4)	58	59	56
Opiniões sobre valores democráticos	1989a	1989b	1990
Discorda que “a democracia é perigosa...”	56	63	-
Discorda que “O Brasil funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder”	54	58	64
Concorda que “as minorias devem ter direitos assegurados..”	53	-	45
Discorda que “as leis devem ser obedecidas em qualquer circunstância..”	48	38	-
Discorda que “é bobagem mudar as leis..”	40	-	47
Discorda de repressão a greves	62	60	70
Discorda de intervenção em sindicatos	66	65	-
Discorda que o Congresso possa ser fechado	68	86	-
Discorda de censura à mídia	73	77	-
Discorda de proibição a partidos políticos	78	80	-

Fonte: Moisés (1992). Pesquisa “Cultura Política e Consolidação Democrática no Brasil. Convênio CEDEC/DATAFOLHA e Departamento de Ciência Política da USP. Constou de 3 surveys nacionais, área urbana e rural, realizados por amostragem estratificada, com sorteio aleatório. Universo: conjunto do eleitorado brasileiro

- (1) Em 1989 a questão referia-se à possibilidade “de um partido único ser melhor para o país” e, em 1990, a se “os partidos são indispensáveis à democracia”.
- (2) Em 1990, a questão referia-se a se o governo tem “o direito de reprimir greves com o uso de tropas”;
- (3) Em 1989 a questão referia-se a se o entrevistado “votaria se o voto não fosse obrigatório”
- (4) Em 1989 e 1990 a questão referia-se a dar o voto “ a pessoas sem estudo”

É interessante notar, no entanto, que a preferência pela democracia se dá com um sentimento de que o cidadão não influi na política, como indicado no quadro 7. As pesquisas sugerem a configuração de uma cultura política democrática naquele momento, entendida como a valorização do regime e dos princípios democráticos, como o direito de associação e a liberdade de expressão, mas que é marcada pela desconfiança dos cidadãos para com as instituições representativas e a percepção de que os políticos não priorizam a defesa dos interesses dos eleitores, sugerindo uma valorização do regime e dos princípios democráticos a despeito da percepção crítica sobre o desempenho dos políticos (Moisés, 1990).

Quadro 7. Cultura política dos brasileiros: 1989

<i>Confiança nas instituições</i>	
Congresso Nacional	21,9%
Governo Federal	25,2%
<i>E você, influi ou não política?</i>	
Sim	30,8%
Não	57,7%
<i>De um modo geral os políticos brasileiros procuram, em 1º lugar</i>	
Arrumar a vida dos seus amigos e parentes	30,4%
Enriquecer à custa do dinheiro público	45,2%
Defender os interesses dos eleitores	8,4%
<i>Na sua opinião, os partidos brasileiros representam mais:</i>	
O conjunto da população	9,2%
Os próprio políticos	50,7%
Os eleitores e grupos que os apóiam	22,6%
<i>O que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?</i>	
A atuação de um líder que coloque as coisas no lugar	32,3%
A participação do povo nas decisões importantes do governo	45,8%
<i>A democracia é perigosa porque provoca desordens</i>	

Concorda	36,4%
Discorda	46,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis na pesquisa Intenção de voto para presidente VI/ Cultura política I - CEDEC. Disponível em banco de dados CESOP, pesquisa nº0186. Data: 02 e 03/set/89

Assim, a atitude de rechaço dos eleitores se dirige tanto contra os políticos, na medida em que são vistos como representantes dos interesses privados em contraposição aos públicos, quanto às instituições representativas, em especial os partidos, que não são vistos como representantes dos interesses da população. Configura-se um desalento frente ao desempenho da esfera política, mas não frente à democracia e à participação eleitoral.

A reversão de expectativas devido à demora com que o processo político apresenta resultados substantivos frustra os cidadãos e pode levar a reações que corroem as instituições democráticas (Moisés, 1992). Como consequência emerge entre os eleitores, um sentimento de desconfiança em políticos e instituições, particularmente as representativas. Trata-se, como tem sido apontado para outros países da América Latina que passaram por processos de transição semelhante, como Argentina, Uruguai e Peru, da dificuldade para a constituição de ligações mais profundas entre os cidadãos e as instituições da democracia representativa (Moisés, 1990).

Evidências desta desconfiança e de baixos níveis de interesse político se materializaram nas pesquisas sobre comportamento político realizadas no Brasil ao longo dos anos 2000, evidenciando, no entanto, que a maioria dos brasileiros continua a acreditar no regime democrático como a melhor forma de governo, configurando uma cultura política híbrida, que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas (Baquero, 2003; Moisés e Carneiro, 2008; Moisés e Meneguello, 2013).

Com dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) para o ano de 2002, Meneguello (2006a) propõe a instrumentalização do conceito de adesão democrática a partir de seis fatores de medida relacionados à preferência pela democracia, à eficácia do voto para mudar o que acontece no Brasil, a disposição a votar mesmo se o voto não fosse obrigatório, e a valorização dos partidos políticos, constatando por meio de análise fatorial, uma adesão multidimensional à democracia no Brasil, composta ao menos por 3 fatores: (1) a adesão à democracia enquanto forma de governo, associada à valorização do voto e das eleições, (2) a

valorização dos partidos e (3) a relação entre o presidente e os partidos políticos (ser ou não identificado com um partido). A autora constata ainda que os democratas, ou seja, os respondentes que foram coesos nas respostas e escolheram a democracia nas duas questões utilizadas como fatores de medida da adesão ao regime como forma de governo, tendem a valorizar mais as eleições e os partidos políticos, como indicado no quadro 8.

Quadro 8. Atitudes dos democratas e não-democratas, em %

Descrição da variável	Democratas	Não-democratas
O voto pode mudar muito o que acontece no Brasil	72	59
Votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório	68	44
As eleições presidenciais ajudam muito a melhorar a vida das pessoas	50	30
Os partidos servem apenas para dividir as pessoas	50	63

Fonte: Elaboração própria a partir de Meneguello (2006a)

Estudos posteriores confirmaram dois pontos importantes para a compreensão da adesão democrática no Brasil. O primeiro diz respeito à hipótese de que a adesão e a avaliação do desempenho do regime são fenômenos distintos e independentes, resultantes de percepções sobre dinâmicas políticas específicas - a adesão democrática é um construto normativo, com valores que traduzem a preferência pelo regime enquanto forma de governo e as suas bases institucionais, em especial o voto. Já o que sustenta a avaliação de desempenho do regime é a percepção sobre os eixos do seu funcionamento: as instituições, o governo e os serviços públicos, além da própria satisfação com a forma em que a democracia funciona no país (Meneguello, 2007 e 2010).

O segundo ponto, por sua vez, diz respeito à hipótese de que a adesão democrática entre os brasileiros está associada à dinâmica eleitoral, em especial ao voto, tanto em seu papel como instrumento de intervenção e influência no sistema, quanto como em termos de adesão à ideia de livre escolha, presente na intenção de votar voluntariamente (Meneguello, 2007 e 2010). Tais estudos chamam a atenção, no entanto, para a separação entre a valorização das instituições representativas como Congresso e partidos de um lado, e o valor atribuído ao voto e o apoio à democracia, de outro (Meneguello, 2007, p. 14).

O apoio às instituições representativas se mostra, portanto, dissociado da ideia de votar e apoiar a democracia, sugerindo que apesar da consolidação de mecanismos e procedimentos de participação política, persiste na lógica do funcionamento da democracia

brasileira a presença de uma forte desvalorização das instituições representativas (Meneguello, 2010). Nesse sentido, a adesão ao regime está significativamente associada à valorização das eleições como forma de intervenção na política, mas não à valorização das instituições representativas, evidenciando a incapacidade destas em constituírem-se como pontos de referência para a construção de identidades coletivas na sociedade (Meneguello, 2013). O problema é que a confiança institucional não só cria um ambiente de credibilidade e legitimidade do sistema, como fortalece o contrato social, por isso sua ausência pode gerar tensão e abrir caminho para atitudes e comportamentos políticos não democráticos (Baquero, 2003).

Em que medida então o regime democrático conseguiu refazer os valores e as crenças dos cidadãos e obter uma ampla base de apoio popular ao longo do tempo? Como demonstra a pesquisa de Moisés (2008), boa parte dos brasileiros têm atitudes ambivalentes em relação à democracia, expressando-as de maneira contraditória quando questionados sobre qual a melhor forma de governo. O autor destaca que o Brasil é o país que apresenta o maior número de ambivalentes de toda a América Latina, assim como um dos menores percentuais de democratas, atrás apenas de Paraguai e Equador. Segundo Moisés (2008), esse tipo de cidadão está propenso a adotar atitudes autoritárias, pois em situações como de grave crise econômica, é tão a favor de uma intervenção militar quanto um cidadão autoritário.

Buscando entender o sistema de crenças políticas não dos ambivalentes, mas sim dos democratas⁶, Fuks et al (2016) exploram quatro ondas do LAPOP (2006, 2008, 2010 e 2012) com o objetivo de entender o quanto consistentemente os brasileiros se posicionam a favor da democracia, propondo uma análise da adesão democrática a partir de 4 dimensões: a adesão aos procedimentos de escolha, como a defesa de que políticos devem ser eleitos apenas por eleições livres; a adesão normativa ao voto, pelo reconhecimento da importância da participação política; a adesão ao princípio da participação política, com o reconhecimento do quanto importantes e legítimas são as diferentes formas de participação; e a adesão ao princípio da representação, pelo reconhecimento da centralidade e importância dos partidos políticos para o funcionamento do regime democrático (Fuks et al, 2016).

⁶ Aqueles que dizem sempre preferir a democracia a qualquer outra forma de governo. Pergunta: para você “a democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; tanto faz um regime democrático ou não democrático”

Quadro 9. Dimensões da adesão à democracia em Fuks et all (2016)

Dimensão	Variáveis (fatores de medida)
Adesão aos procedimentos de escolha (eleições livres e competitivas)	<p>“Diante de desemprego muito alto, seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”</p> <p>“Quando há muito crime seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”</p> <p>“Diante de muita corrupção seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado?”</p>
Adesão normativa ao voto	<p>“Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outros dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular é sempre o melhor. O que o(a) sr./sra. pensa?”</p>
Adesão ao princípio da participação política	<p>“Quero que me diga o quanto o(a) sr./sra. aprovaria ou desaprovava as seguintes ações:</p> <p>-A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?</p> <p>-A participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades. Até que ponto aprova ou desaprova?”</p>
Adesão ao princípio da representação política	<p>“Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”</p>

Fonte: elaboração própria a partir de Fuks et all (2016)

*Para fim de comparação, todas as escalas das variáveis elaboradas – com exceção da adesão normativa o voto que é uma variável binária – foram convertidas em uma escala que vai de 0 a 100.

*Dados: Barômetro das Américas (LAPOP) para os anos de 2006, 2008, 2010 e 2012.

Os autores constataam, pois, que os democratas brasileiros não aderem com a mesma intensidade às diferentes dimensões da democracia. Algumas contam com um forte apoio, como o voto e a participação política, enquanto outras são mais frágeis, como os procedimentos de escolha e a representação política. Neste último caso, uma grande parcela dos democratas (em média 54%) discorda da ideia de que os partidos políticos são necessários para a democracia, reforçando a dissociação entre preferência pela democracia como forma de governo e a valorização das instituições representativas, constatada em estudos anteriores (Meneguello, 2007 e 2010).

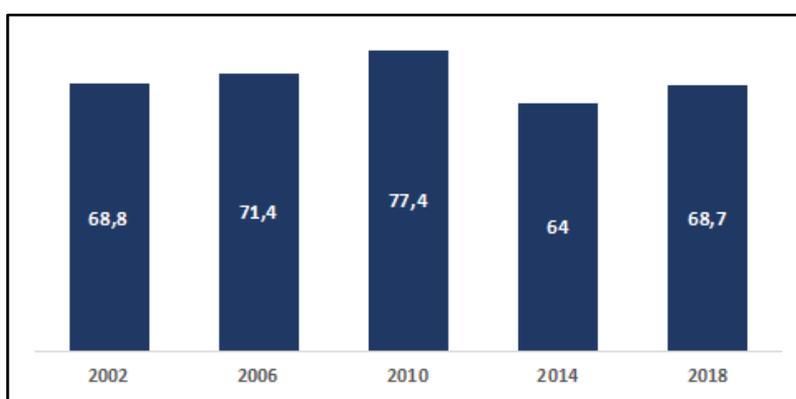
Assim como outros trabalhos (Carlin e Singer, 2011) Fuks et all (2016) constataam ainda que os diferentes princípios subjacentes à democracia não formam um sistema de crenças coeso, ou seja, as diferentes dimensões da adesão ao regime são independentes. Isso

significa que um democrata brasileiro pode se mostrar defensor da participação política e reconhecer a importância dos partidos para a democracia, mas acreditar que crises econômicas, sociais e políticas justificam golpes militares.

A contribuição dos autores sugere, com isso uma adesão ambígua dos brasileiros a distintos modelos de democracia. Os cidadãos podem, por exemplo, acreditar que a democracia seja, essencialmente, um sistema político baseado na participação direta e não na representação. Considerando a ambiguidade da adesão, apenas o democrata “sofisticado” teria compreendido e internalizado o conjunto de valores, normas e princípios interligados que constituem a adesão à forma liberal e representativa da democracia (Fuks et all, 2016). O estudo dos autores é anterior ao problema da desvalorização do regime e dos princípios democráticos explorado neste trabalho, mas lança luz para a compreensão do fenômeno.

Os dados sobre a democracia pós-85 mostram que entre a primeira eleição presidencial direta de 1989 e a eleição presidencial de 2010, a preferência da população pela democracia no Brasil aumentou (Gráfico 1). Os dados a partir de 2014, no entanto, sugerem uma guinada no processo de valorização do regime, pois as predisposições negativas que até então se limitavam às instituições passam a afetar diretamente a valorização da democracia enquanto forma de governo, como indicado pelos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018):

Gráfico 1. A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, de 2002 a 2018, em %

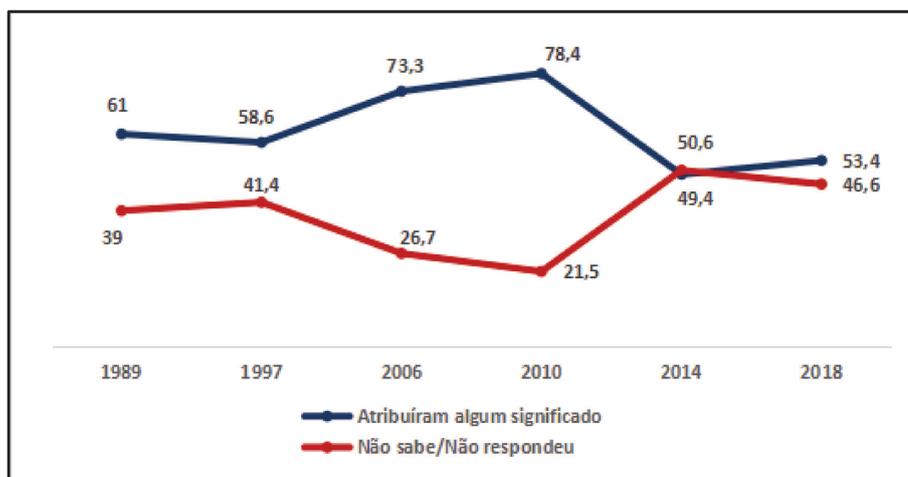


Fonte: ESEB (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018)

Paralelamente à desvalorização da democracia como melhor forma de governo, a capacidade dos brasileiros em atribuir algum sentido à democracia caiu quase 30 pontos percentuais de 2010 a 2014, se mantendo em torno de 50% em 2018, depois de apresentar

uma trajetória de ascensão desde fins dos anos 1990, quando o aumento da cognição sobre o regime se mostrou um dos principais ganhos do processo democrático, como indicado no gráfico 2.

Gráfico 2. Capacidade de definir democracia, de 1989 a 2018 (%)



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo CESOP. *Questão aberta “Para você, o que é Democracia?”

O quadro se agrava com a percepção dos cidadãos acerca dos mecanismos fundamentais da democracia e das condições que viabilizam um golpe militar. Segundo dados do INCT (2018), 48% dos entrevistados concorda pouco/discorda da ideia de que sem partidos não há democracia e mais de 50% não confia que a contagem de votos no Brasil seja feita de maneira honesta. Em determinadas circunstâncias um golpe militar chega a ser justificável para mais de 50% dos respondentes, como indicado nos gráficos 3, 4, 5 e 6:

Gráfico 3. Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muito desemprego”, em %

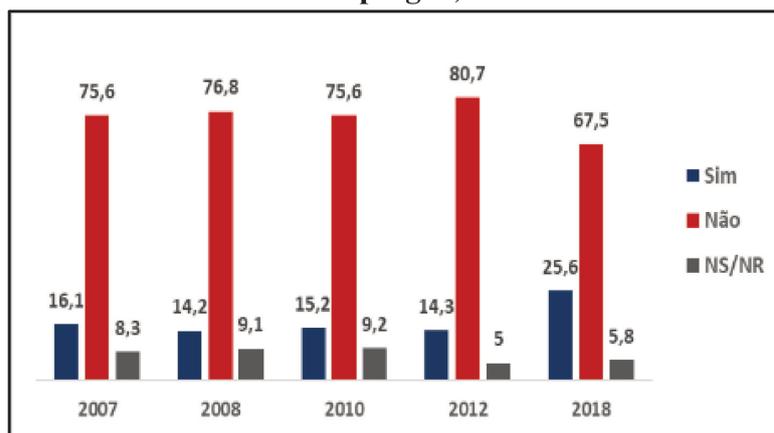


Gráfico 4. Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muitos protestos”, em %

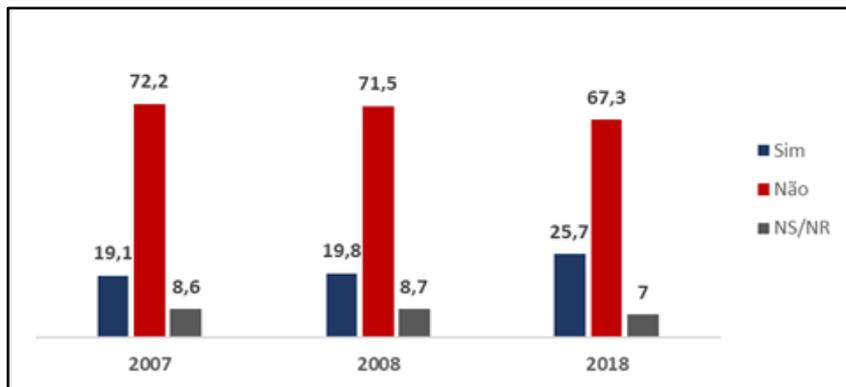


Gráfico 5. Justificado um golpe de Estado pelos militares “Diante de muita corrupção”, em %

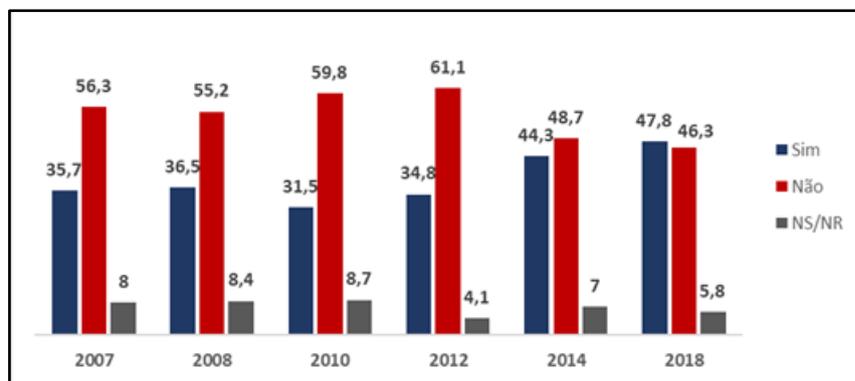
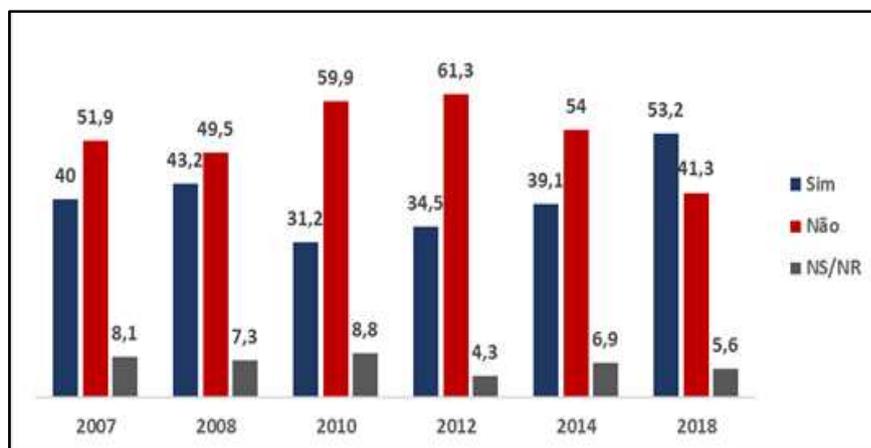


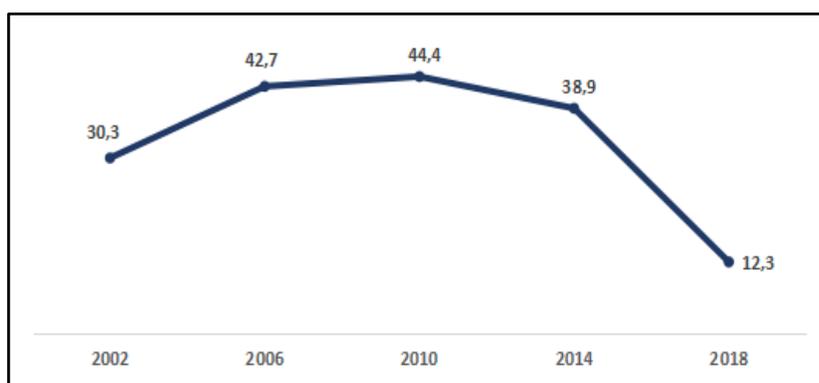
Gráfico 6. Justificado um golpe de Estado pelos militares “Quando há muito crime”, em %



Fonte: Pesquisa A Cara da Democracia no Brasil, INCT (2018); Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014)

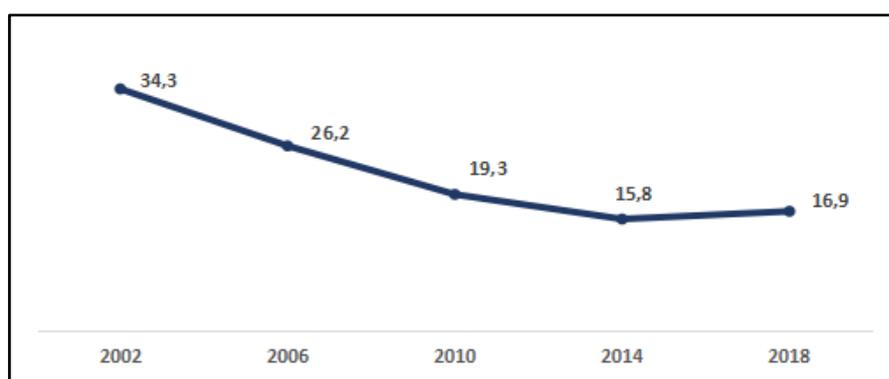
A avaliação positiva do desempenho de deputados e senadores (gráfico 7), bem como o índice de satisfação com o regime (gráfico 8), chegam a níveis alarmantes em 2018. Segundo dados do Latinobarômetro para o ano de 2017, a queda coloca o Brasil na última posição no ranking de satisfação com a democracia na América Latina, onde a média entre os países era de 30%.

Gráfico 7. Satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil: ‘satisfeito’ e ‘muito satisfeito’, (2002 a 2018, em %)



Fonte: Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018)

Gráfico 8. Avaliação de desempenho de deputados federais e senadores: ‘ótimo’ e ‘bom’, (2002 a 2018, em %)



Fonte: Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014 e 2018)

O que todos esses dados sugerem? A literatura evidencia não só a multidimensionalidade da adesão à democracia no Brasil, como também a independência entre suas dimensões e a conseqüente ambigüidade dos valores políticos que advém daí. O fato de ter se configurado entre os brasileiros uma valorização da democracia enquanto forma de governo, dissociada da adesão às estruturas representativas como partidos e Congresso

teria resultado em uma adesão democrática frágil ao ponto desta não resistir aos eventos políticos e econômicos pelos quais o país tem passado, em especial o descrédito generalizado que recaiu sobre o *establishment político* após as proporções tomadas pelas investigações de corrupção através da operação Lava Jato iniciada em 2014, e a crise econômica já anterior ao impeachment de Dilma Rousseff?

Afinal de contas, que contornos a adesão à democracia adquiri a partir do declínio da preferência pelo regime como forma de governo e a desvalorização de princípios democráticos indicada pelas pesquisas de opinião a partir de 2014?

Partindo do argumento de que a adesão democrática é multidimensional e suas dimensões são independentes, o que possibilita a emergência de atitudes ambíguas com relação ao regime, viabilizando assim a existência de diferentes perfis de adesão, sustenta-se a hipótese de que o que ocorre a partir de 2014 é o crescimento de uma adesão democrática ambígua, composta simultaneamente por valores democráticos e não-democráticos. Não acreditamos, pois, que esteja em questão o crescimento de uma base social autoritária totalmente coesa e que represente de fato um risco para a democracia.

Nesse sentido, o presente trabalho não busca entender as causas dessa desvalorização, mas sim analisar os valores que compõem a adesão dos brasileiros à democracia. É a análise da adesão ao regime que possibilitará entender a desvalorização da democracia. A análise dos perfis de adesão, para além do percurso de suas dimensões constitutivas ao longo do tempo, é o que permitirá identificar se essa desvalorização é ampla ou localizada.

CAPÍTULO 3: DESENHO DE PESQUISA

3.1. Estratégia de pesquisa e dados utilizados

O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar a estrutura de adesão dos brasileiros ao regime democrático, de 2010 a 2018 para compreender sua desvalorização recente. Para viabilizar o teste de hipótese, propõe-se um desenho de pesquisa encadeado pelos seguintes procedimentos:

- a) A construção de um modelo para a análise da adesão ao regime democrático em suas diferentes dimensões, para o período de 2010 a 2018.
- b) O estudo dessa adesão através de análise fatorial, para verificar as dimensões que compõem esta adesão ao longo do período considerado.

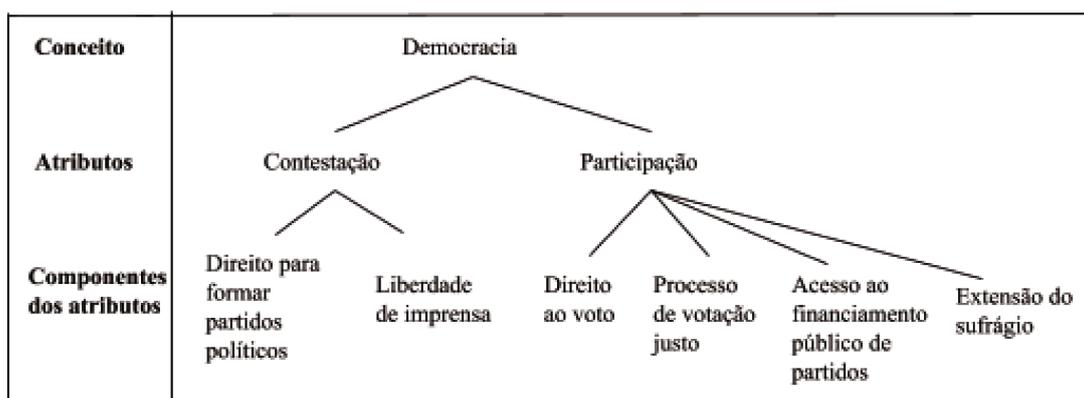
- c) A identificação de diferentes perfis de adesão ao regime, a partir (1) do modo como os brasileiros aderem a cada uma das dimensões de adesão consideradas, e (2) a preferência que manifestam pela democracia como forma de governo. Como perfis de adesão entende-se aqui as diferentes formas de aderir à democracia, que serão identificadas através da análise de agrupamentos.
- d) A análise destes perfis de adesão no tempo, para identificar se essa desvalorização do regime e dos princípios democráticos é ampla ou localizada em um ou poucos perfis.

3.2. Tipologia para a análise da adesão ao regime democrático

Atitudes individuais em relação à democracia são importantes para o seu funcionamento e sobrevivência. Se forem positivas podem apoiar a resistência coletiva aos abusos do Estado e ajudar a prevenir retrocessos democráticos, mas, se forem negativas podem impulsionar ou sinalizar tal retrocesso. Sendo assim, medir, analisar e comparar com precisão as atitudes em relação à democracia é fundamental (Schwertheim, 2017).

Nesse sentido, Munck e Verkuilen (2002) destacam 3 desafios aos estudos sobre democracia: conceituação, medição e agregação. O processo de especificar o significado de um conceito pode acarretar na inclusão de muitos ou poucos atributos, resultando em definições maximalistas ou minimalistas, ambas problemáticas. No caso da democracia, diferentes atributos podem ser mobilizados a partir da teoria para delimitar o conceito. É necessário considerar como esses atributos estão relacionados entre si e tomar medidas explícitas para garantir a organização vertical dos atributos e de seus componentes, como exemplificado na figura 1:

Figura 1. A lógica da estrutura dos conceitos



Fonte: Munck e Verkuilen (2002)

Uma vez definidos os atributos e componentes do conceito, o próximo passo consiste na medição, que toma como ponto de partida os atributos no nível mais baixo de abstração. Não existem regras rígidas e rápidas para a escolha de indicadores válidos, por isso é preciso se questionar sobre até que ponto as medidas propostas medem realmente o que devem medir.

A confiabilidade das medidas, ou seja, a perspectiva de que o mesmo processo de coleta de dados sempre produza os mesmos dados; e a replicabilidade de medidas, isto é, a capacidade de uma comunidade de acadêmicos reproduzir o processo através do qual os dados foram gerados, são pontos fundamentais nesta fase. Por isso ao abordar a formação de medidas, é preciso registrar e tornar públicas (a) suas regras de codificação, com uma lista de todos os indicadores e o nível de medição; (b) o processo de codificação; e (c) os dados desagregados gerados em todos os indicadores (Munck e Verkuilen, 2002).

Por fim, com relação ao terceiro desafio, o da agregação dos dados, é necessário ter uma regra clara. Esta tarefa envolve um processo de duas etapas. Primeiro, é preciso explicitar a teoria sobre a relação entre os atributos. Segundo, garantir que haja uma correspondência entre essa teoria e a regra de agregação selecionada. Como forma de permitir que outros pesquisadores repliquem o processo de agregação, deve-se também registrar e divulgar tais regras (Munck e Verkuilen, 2002).

Com base nestas considerações metodológicas, os elementos a serem medidos para a análise feita aqui da adesão dos brasileiros à democracia foram definidos a partir dos princípios e procedimentos inerentes ao funcionamento da democracia e que compõem o campo de debate teórico sobre o regime democrático.

A primeira base teórica consiste no conjunto de contribuições que delimitam o regime a partir de regras, práticas e instituições indispensáveis ao seu funcionamento. São definições essencialmente procedimentais do regime democrático representativo e que têm como marco o conceito de poliarquia elaborado por Robert Dahl (1997)⁷. Com base nesta vertente, a primeira dimensão de análise proposta aqui diz respeito à adesão à **dimensão eleitoral** da democracia, e refere-se ao reconhecimento por parte do cidadão, da importância do sistema representativo: a alternância do poder através de eleições livres, competitivas e

⁷ Segundo o autor, qual para que os cidadãos tenham plena oportunidade de formular suas preferências, expressá-las e tê-las igualmente consideradas, o aparato institucional de um regime democrático deve ser capaz de assegurar ao menos 8 garantias fundamentais: (1) liberdade de organização, (2) liberdade de expressão, (3) direito ao voto, (4) elegibilidade a cargos públicos, (5) direito dos líderes políticos disputarem por apoio e voto, (6) fontes alternativas de informação, (7) eleições livres e idôneas, e (8) a existência de instituições que garantam a continuidade de eleições e outras manifestações de preferência. Todas as garantias estão situadas em duas dimensões da democracia: a contestação pública e a participação inclusiva.

periódicas, o reconhecimento da importância das instituições representativas para a democracia, bem como do voto, do sufrágio e da eleição dos poderes Executivo e Legislativo.

Considerando que tais requisitos sejam indispensáveis, mas não suficientes para um regime democrático, a vertente deliberativa/participativa da teoria democrática avança na definição do conceito ao defender mecanismos de participação para além do voto, que possibilitem a manifestação de ideias e a prática do debate político entre os cidadãos e seus representantes como ponto central para a resolução de conflitos e tomada de decisões (Gutmann e Thompson, 2003). Com base nessa vertente, propõe-se a segunda dimensão de análise, a adesão à **dimensão participativa** da democracia, que diz respeito ao reconhecimento por parte do cidadão, da importância das diferentes formas de participação política além voto, como a participação em organizações políticas ou da sociedade civil, greves, manifestações, etc.

Por fim, um terceiro conjunto de contribuições à teoria democrática têm problematizado os fins esperados do regime democrático. São teorias mais substantivas que consideram que a relação entre prática e teoria democrática se vê constantemente marcada por questões políticas, econômicas e sociais intrínsecas ao tecido social e que precisam ser consideradas pelo debate teórico. Por esta perspectiva, a definição de democracia é ampliada a partir da garantia e efetividade de direitos, liberdades e igualdade, pelo reconhecimento de um cidadão legalmente amparado enquanto agente portador de direitos civis, sociais e políticos, capaz de exercer a cidadania conferida e assegurada legalmente pelo Estado de Direito Democrático (O'Donnell, 2011). Com base nesse conjunto de contribuições propõe-se o 3º fator de medida, relacionado à dimensão liberal e igualitária do regime: a adesão **substantiva** à democracia. Trata-se aqui do reconhecimento por parte do cidadão, da importância e existência de direitos, liberdades e igualdade para a democracia, além da ideia de que cabe à ela promover o bem-estar e ser responsiva às demandas sociais.

Para os fins deste trabalho considero aqui uma definição mais ampla do conceito de democracia, amparada nessas 3 dimensões democráticas, porque isso irá permitir compreender diferentes sistemas de crenças dos brasileiros com relação ao regime.

Os bancos de dados utilizados para o teste de hipótese são apresentados no quadro 10. As variáveis utilizadas para mensurar a adesão, bem como a disponibilidade destas, são apresentados no quadro 11. A relação destas variáveis com o conceito de democracia, seus atributos e componentes são apresentados no quadro 12.

Quadro 10. Fonte de dados para o teste de hipótese

ESEB - Disponível no CESOP/Unicamp				
Ano	Título	Instituto	Amostra	Nº da pesquisa
2010	Estudo Eleitoral Brasileiro	CESOP-VOX POPULI	Nacional N=2.000	02639
2014	Estudo Eleitoral Brasileiro	CESOP-IBOPE	Nacional N=2.506	03928
2018	Estudo Eleitoral Brasileiro	CESOP-IBOPE	Nacional N=2.506	04622

Quadro 11. Variáveis para medir a adesão à democracia

Variáveis	2010	2014	2018
Na sua opinião: 1 - A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; OU 2 - Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia 3 - Tanto faz / nenhuma das duas é melhor (espontânea)	x	x	x
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.	x	x	x
Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) votaria?	x	x	x
Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no brasil, outras dizem que o nosso voto não influencia nada no que acontece no brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto “influencia muito” E 5 significa que o nosso voto “não influencia nada” No que acontece no brasil. O que o(a) sr(a) acha?	x	x	x
<i>Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas:</i>			
O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda	x*	x	x
As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência	x**	x	-
A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria	-	x	x
As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência	-	x	x

* Neste ano a pergunta disponível é: Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres

** Neste ano a pergunta disponível é: Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia

Quadro 12. Indicadores e agregações para a análise da adesão à democracia

Conceito	Atributo	Componentes dos atributos	Fatores de medida
Democracia	Eleitoral	Voto	<i>Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) votaria?</i> <i>Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no brasil, outras dizem que o nosso voto não influencia nada no que acontece no brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto “influencia muito” E 5 significa que o nosso voto “não influencia nada” No que acontece no brasil. O que o(a) sr(a) acha?</i>
	Participativa	Liberdade de reunião e manifestação	<i>As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência</i> <i>Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia</i>
	Substantiva	Igualdade econômica e social	<i>O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda</i> <i>A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria</i> <i>As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência</i>

O conceito de democracia não se limita aos componentes selecionados aqui para a análise da adesão democrática dos brasileiros. Ele é complexo e composto por inúmeros outros atributos e componentes que não serão considerados. Usar medidas que de fato reflitam o que o conceito quer dizer é um enorme desafio metodológico, por isso a seleção das variáveis se deu com base não só na reflexão apresentada a seguir sobre o que as variáveis se propõem a medir, como também na disponibilidade dos dados para os 3 anos analisados.

É importante manter no horizonte de análise o fato de que não existe uma forma única e correta de tratar a multidimensionalidade da adesão à democracia. Qualquer modelo que se construa será sempre passível de críticas porque nunca será capaz de considerar todas as variáveis necessárias para medir a adesão a todas as dimensões do regime, porque metodologicamente isso é impossível.

Considerações sobre o uso do ESEB

O ESEB é um survey nacional pós-eleitoral realizado pelo CESOP desde 2002 e que em 2018 chegou à sua 5ª onda. Sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, o

ESEB é um projeto associado ao Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES) da Universidade de Michigan, com participação de dezenas de instituições de vários países. Adicionalmente ao conjunto de questões desenvolvidas pelo CSES, o ESEB também é constituído por um conjunto de questões específicas, visando investigar aspectos próprios do funcionamento político brasileiro.

Por se tratar de um survey realizado no momento seguinte às eleições presidenciais, é preciso levar em consideração o papel da conjuntura política e eleitoral no momento de análise dos dados gerados pela pesquisa. Não é possível medir ou controlar esse efeito, mas é possível refletir a respeito do seu papel na formação das percepções e valores que são captados pelo survey, e assim considerá-lo como pano de fundo na análise.

Nesse sentido, argumentamos que há um aspecto mais processual na adesão à democracia, dado pela relação das pessoas com o regime democrático ao longo do tempo e a construção mais sólida de valores a partir daí, mas há também um aspecto mais conjuntural que é em alguma medida capturado pelo ESEB. A realização de eleições configura um momento onde as pessoas estão mais abertas ao debate e à reflexão política, e onde as campanhas, bem como o resultado das eleições geram o contexto sobre o qual os valores são colocados pelo cidadão e captados pelo survey. A realização desta análise em profundidade não é parte do escopo deste trabalho, mas há um esforço de inclusão deste efeito conjuntural na interpretação dos dados.

Variáveis de preferência pela democracia

As variáveis que tradicionalmente medem a preferência pela democracia são o ponto de partida para a análise dos valores políticos dos cidadãos porque medem a adesão normativa ao regime. O apoio ao regime desdobra-se na adesão a diferentes princípios que podem ser mais ou menos democráticos, a despeito da preferência pela democracia, indicando que esta medida não é uma expressão suficiente, mas imprescindível para a compreensão dos valores políticos dos cidadãos.

Fatores de medida da dimensão eleitoral

O procedimento base da democracia representativa é a eleição, por isso a disposição a votar mesmo se o voto não fosse obrigatório (*Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) votaria?*) e reconhecer sua eficácia para mudar o que acontece no Brasil (*O quanto o voto influencia nas coisas que acontecem no Brasil?*) é importante para compreender o grau

de adesão dos cidadãos à dimensão eleitoral da democracia. Tanto a não adesão ao voto, quanto a percepção de que ele é pouco eficaz, são expressões de um eleitor que não acredita que seus interesses, demandas e preferências são de fato canalizadas através do voto e do sistema representativo, colocando em xeque o compromisso democrático dos cidadãos com um modelo de democracia liberal representativa.

Fatores de medida da dimensão participativa

O voto não esgota as possibilidades de participação política e em um regime democrático os eleitores têm o direito de expressar suas demandas, por exemplo, na forma de manifestações (Casalecchi, 2016). A primeira pergunta utilizada para medir a adesão à dimensão participativa (*As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência*) mede o apoio a manifestações mais radicalizadas pelo emprego da violência, enquanto que na segunda pergunta (*Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia*) o que se mede é o apoio à repressão sobre manifestações que também podem ser vistas como radicalizadas uma vez que ‘passam dos limites’.

Pelo elemento radicalizador seria possível argumentar pelo não uso das variáveis uma vez que o viés das perguntas poderia levar a uma adesão mais baixa dos respondentes. No entanto, em defesa do uso destas medidas argumenta-se que esse pode ser justamente um aspecto de distinção entre os diferentes perfis de adesão ao regime. Aderir a manifestações mais radicalizadas pode ser um traço característico de democratas ou de autoritários, não é possível saber a priori, por isso o emprego destas questões não invalida a adesão à dimensão participativa, mas sim atribui a estas condições específicas de interpretação dos dados que serão levadas em consideração na análise e que podem ser determinantes na distinção dos perfis de adesão.

Fatores de medida da dimensão substantiva

A dimensão substantiva da democracia vem se tornando objeto de análise principalmente nas democracias da terceira onda, reforçando o consenso de que o regime democrático não se esgota no procedimento eleitoral, e vai muito além de um conjunto de regras. No caso do Brasil, as desigualdades sociais e econômicas configuram um déficit democrático que abala a qualidade do regime e o exercício da cidadania. O Estado de Direito encontra a partir daí sérias limitações para sua efetividade, por isso é fundamental entender

em que medida os cidadãos se colocam contra as desigualdades, reconhecendo as responsabilidades de atores como o Estado e a importância de políticas sociais como as cotas na construção de uma maior igualdade de oportunidades.

Questões sociais não serão resolvidas a menos que políticas econômicas e sociais sejam executadas, e o ator central para isso é o Estado. Reconhecer seu papel implica em aderir a um regime socialmente mais democrático, por isso duas perguntas são consideradas: “*Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres*”; e “*A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria*”. Enquanto a primeira dá centralidade ao papel do Estado, a segunda revela em que medida os cidadãos aceitam e legitimam um modelo de democracia com déficits sociais.

Outra variável utilizada diz respeito ao reconhecimento de políticas afirmativas, como as cotas, através da pergunta: “*As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência*”. Seu uso se justifica porque a abolição da escravidão significou a liberdade jurídica dos negros e escravos, mas o racismo impossibilitou a inserção destes na esfera social e econômica. O mito da democracia racial construído a partir daí se embasa na ideia de que negros e brancos têm iguais oportunidades e que tudo se resume a uma questão de meritocracia e vitimismo por um passado escravocrata que já passou sem deixar consequências. O problema é que estes são elementos mobilizados por um discurso racista, seja ele consciente ou não, por isso o emprego da variável que mede o apoio a cotas associado ao elemento meritocrático é pertinente na análise da adesão à dimensão substantiva da democracia.

Pesquisas de opinião⁸ são amplamente utilizadas no campo de estudos de comportamento político para medir o que os cidadãos acreditam, pensam ou sentem a respeito de um tópico específico, experiências pessoais de instituições democráticas específicas, bem como crenças, valores, atitudes e opiniões individuais (Schwertheim, 2017). As pesquisas de opinião medem as percepções dos cidadãos, por isso consiste na fonte de dados mais adequada aos objetivos desta pesquisa.

A construção de medidas para a análise da adesão democrática deve fluir de uma conceituação a priori da democracia, e foi este o exercício proposto aqui. Em segundo lugar,

⁸ Grande parte dos dados resultantes da aplicação de surveys estão disponíveis em plataformas online como o Afrobarometer (<http://afrobarometer.org/>), Arab Barometer (<http://www.arabbarometer.org/>), Asian Barometer (<http://www.asianbarometer.org/>), European Social Survey (ESS <http://nesstar.ess.nsd.uib.no/>), European Values Study (EVS - <http://www.gesis.org/>), Latin American Public Opinion Project (LAPOP - <http://vanderbilt.edu/lapop/>), Latinobarómetro (<http://www.latinobarometro.org/>) e World Values Survey (<http://www.worldvaluessurvey.org>)

deve-se considerar a possibilidade de que o apoio a diferentes dimensões da democracia possa não convergir em uma única dimensão linear, ou seja, em um continuum de crenças que vai dos democratas aos não democratas, mas sim em categorias. Para um cidadão que abraça fortemente as eleições, questiona se o governo deve controlar a imprensa, favorece a limitação da participação de partidos, mas defende o direito de associação livre, as dimensões da adesão não são lineares, mas sim agrupadas categoricamente, por isso que a construção de uma escala de adesão não é adequada (Carlin e Singer, 2011).

Nesse sentido, a instrumentalização da adesão ao regime democrático proposta busca explorar as misturas de orientações para as dimensões da democracia, possibilitando entender o quão aderentes à democracia e aos princípios democráticos os brasileiros são de fato.

3.3. Os métodos utilizados e o tratamento dos dados

Este trabalho propõe o emprego de dois métodos: a análise fatorial para o estudo das dimensões da adesão à democracia pelos brasileiros, e a análise de agrupamentos (clusters) para a identificação dos diferentes perfis de adesão ao regime.

A análise fatorial tem como propósito principal definir a estrutura inerente entre as variáveis na análise. Para isso, gera fatores que representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de variáveis selecionadas (Hair, et all, 2009), por isso possibilitará entender melhor a estrutura do conceito de adesão, identificando o modo como as variáveis se relacionam em torno de dimensões, conformando a estrutura de adesão à democracia em cada um dos anos analisados.

Por sua vez, a análise de clusters irá identificar perfis de adesão à democracia, a partir da agregação dos indivíduos com base nas respostas que oferecem às perguntas analisadas, agregando os mais semelhantes e separando os mais diferentes.

A descrição detalhada das escolhas metodológicas feitas para cada um dos métodos utilizados está descrita no apêndice metodológico.

Com relação ao tratamento dos dados, para a análise fatorial as variáveis não foram transformadas, mas tiveram seus valores ausentes (missing) separados, para que apenas os casos válidos fossem utilizados. Apenas a medida sobre adesão ao voto não obrigatório foi transformada em uma variável métrica binária com 1 (votaria), 0 (não votaria) e 3 (Tanto faz/Depende classificado como missing). Para uma maior clareza na interpretação e leitura dos dados, a escala da variável sobre influência do voto foi invertida nos anos de 2014 e 2018,

ficando igual ao ano de 2010.

Para a análise de cluster nenhuma variável foi modificada. Em ambos os casos apenas os valores válidos foram considerados na análise, mas sem impactos significativos sobre a aleatoriedade e tamanho das amostras, porque o processo de perda de dados em pesquisa de survey opera aleatoriamente e nas variáveis utilizadas representa menos de 10%, o que segundo Hair et al (2009) não é substancial o bastante para exigir uma ação.

Quadro 13. Descrição das variáveis recodificadas e/ou transformadas

Nome	Variável
S_Regime_DEMOC	1 - A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo 2 - Em algumas situações ditadura é melhor 3 - Tanto Faz 9 – NS/NR
DEMOC	A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo 1- Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 9 – NS/NR
S_VOTA	Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar? 1 – Sim 2 - Não 3 - Tanto faz/Depende 9 – NS/NR
VOTO_INFLU	A influência do voto nas coisas que acontecem no Brasil 1 - Influencia muito no que acontece no Brasil 2 3 4 5 - Não influencia nada no que acontece no Brasil *As escalas originais nos anos de 2014 e 2018 estavam invertidas e por isso foram transformadas apenas para a AF.
DESIG_SGOV	Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres 1- Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 9 – NS/NR
S_MANIF	As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência 1- Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda

	4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 9 – NS/NR
S_Reprime_MANIF	Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia 1- Concorda totalmente 2 - Concorda em parte 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda em parte 5 - Discorda totalmente 9 – NS/NR
Sem_MISÉRIA	A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria 1- Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 9 – NS/NR
COTA	As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência 1- Concorda muito 2 - Concorda um pouco 3 - Nem concorda nem discorda 4 - Discorda um pouco 5 - Discorda muito 9 – NS/NR

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 4: A ADESÃO DOS BRASILEIROS À DEMOCRACIA... QUE VALORES SÃO ESSES?

Para a compreensão dos valores políticos dos cidadãos com relação à democracia esta seção se divide em três partes. A primeira visa compreender a estrutura que os valores políticos formam a partir da relação entre as variáveis utilizadas, por isso é composta pelas análises fatoriais. Já a segunda se volta não para as variáveis, mas para os casos, buscando agrupar os indivíduos a partir das semelhanças que apresentam em termos de valores, por isso é composta pelas análises de agrupamentos. A terceira seção é um esforço analítico de integração destes resultados, apresentando um mapa mais geral das principais constatações.

4.1. A estrutura formada pelos valores políticos dos brasileiros

O emprego de análise fatorial permitiu identificar uma adesão multidimensional à democracia, composta por valores que se estruturam em dimensões distintas que não são lineares ao longo do tempo. A análise comparativa da composição dos fatores e das cargas

fatoriais para os 3 anos analisados é apresentada no quadro 14⁹.

Quadro 14. Composição dos fatores e cargas fatoriais*

	2010		2014			2018		
	Fator 1	Fator 2	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 1	Fator 2	Fator 3
S_Regime_DEMOC	0,727		0,448	0,559		0,757		
DEMOC	0,734		0,641			0,586	0,413	
S_VOTA	-0,475			-0,786				-0,719
VOTO_INFLU	0,487			0,424	-0,466			0,647
DESIG_SGOV		0,660	0,524				0,595	
S_Reprime_MANIF		0,638	-	-	-	-	-	-
S_MANIF	-	-			0,737	-	-	-
Sem_MISÉRIA	-	-	0,722				0,755	
COTA	-	-			0,675	-0,587		0,419
Variância explicada (%)	25,503	18,003	19,175	16,504	15,430	18,589	17,437	17,123
Total de variância explicada	43,506%		51,108%			53,148		

*Todas as cargas menores do que 0,4 foram excluídas da análise.

Explicando cerca de 25% da variância, o 1º fator extraído para o ano de 2010 é composto por 4 variáveis, sendo as duas com maior carga referentes à valorização normativa do regime: DEMOC (0,734) e S_Regime_DEMOC (0,727), seguidas por VOTO_INFLU (0,487) e S_VOTA (-0,475), indicando que no rol de valores dos cidadãos, a preferência pelo regime democrático, mesmo quando este apresenta problemas, está conectada à valorização do seu procedimento eleitoral mais fundamental: o voto, mais especificamente com o reconhecimento da eficácia deste para mudar o que acontece no Brasil e a disposição à votar mesmo se não fosse obrigatório. Este primeiro fator refere-se, portanto, ao reconhecimento da importância e legitimidade do sistema eleitoral na valorização do regime democrático.

O segundo fator extraído pela análise explica cerca de 18% da variância e é composto por DESIG_SGOV (0,660), referente ao papel do Estado na redução das diferenças

⁹ Os processamentos brutos das análises fatoriais para os 3 anos são apresentados no Apêndice Metodológico, na seção 'Técnica 1: Análise fatorial'. Os dados são equivalentes e os processamentos são apresentados para efeito de transparência.

de renda entre os muito ricos e muito pobres, e S_Reprime_MANIF (0,638), referente à percepção de que manifestações radicalizadas devem sim ser reprimidas. Juntas, evidenciam a associação entre a demanda por uma democracia mais justa que reconhece o papel do Estado na busca por uma maior igualdade socioeconômica, e uma participação para além do voto que não seja violenta.

Em síntese, é possível constatar por meio da análise fatorial, uma adesão multidimensional à democracia que em 2010 é composta ao menos por 2 fatores: (1) a preferência pela democracia enquanto forma de governo, associada à valorização do voto; e (2) a relação entre a demanda por uma democracia mais justa e a repressão à participação através de manifestações radicalizadas.

É interessante notar que a demanda por redução da desigualdade de renda não compõe o mesmo fator do apoio ao regime democrático, sugerindo uma dissociação entre sua valorização normativa e a demanda por redução da desigualdade ou mesmo a percepção sobre a existência desta.

Mas ao contrário do que ocorre em 2010, em 2014 a preferência pela democracia está associada mais fortemente à redução da miséria e da desigualdade de renda. Explicando cerca de 19% da variância, o primeiro fator extraído na análise deste ano é composto por 4 variáveis, todas com cargas elevadas, sendo a maior delas (0,722) referente à variável Sem_MISÉRIA, seguida por DEMOC (0,641), DESIG_SGOV (0,524) e S_Regime_DEMOC (0,448). Em conjunto, expressam uma adesão normativa ao regime que está associada à valorização de uma democracia mais justa e igualitária e ao reconhecimento de que na prática ela não é perfeita, tendo no elemento socioeconômico seu principal déficit.

Em comparação com 2010, S_VOTA (-0,786) apresenta carga significativamente maior e em conjunto com VOTO_INFLU (0,424) e S_Regime_DEMOC (0,559) compõem um 2º fator, explicando cerca de 16% da variância e indicando que também em 2014 a adesão e valorização do mecanismo eleitoral está associado ao apoio do regime democrático, ainda que em comparação a 2010 esta associação seja um pouco mais fraca.

Por sua vez, explicando cerca de 15% da variância, o 3º fator também é composto por 3 variáveis, sendo 2 ainda não analisadas e com as maiores cargas, S_MANIF (0,737) e COTA (0,675), seguidas por VOTO_INFLU, com carga menor e sinal invertido (-0,466). Ao atuarem na composição de um mesmo fator, elas indicam uma complexidade nos valores democráticos, pois a adesão à ideia de que as cotas prejudicam quem tem mais competência está associada à adesão a manifestações radicalizadas, e associada também à desvalorização

do mecanismo eleitoral, através da percepção da baixa eficácia do voto para mudar o que acontece no Brasil.

A percepção de que as cotas para minorias podem ser prejudiciais revela uma concepção mais meritocrática e, portanto, restrita de igualdade social e acesso a direitos. Por isso este fator revela um aspecto negativo na adesão a políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades, como é o caso das cotas, que está associado não só à adesão dos brasileiros a mecanismos de participação além-voto como manifestações, mas também à legitimidade do emprego de violência nestas, revelando a adesão à uma participação radicalizada e que talvez por isso não reconheça o voto como uma ferramenta efetiva para a expressão de demandas. É interessante notar ainda que COTA não compõe o mesmo fator que outras variáveis relacionadas à desigualdade como DESIG_SGOV e Sem_MISÉRIA, indicando uma desconexão entre as dimensões econômica e social da desigualdade, em termos de valores e princípios democráticos do cidadão.

Em síntese, é possível constatar por meio da análise fatorial, uma adesão multidimensional à democracia que em 2014 é composta por 3 fatores: (1) a preferência pela democracia enquanto forma de governo, associada à demanda pela redução da desigualdade de renda e ao reconhecimento de que o regime tem no elemento socioeconômico seu principal déficit; (2) a preferência pela democracia associada à valorização do voto e (3) a adesão a manifestações mesmo que radicalizadas, associadas à noção meritocrática de que as cotas prejudicam quem tem mais competência e também à baixa eficácia do voto.

Quando nos voltamos para o último ano analisado, explicando cerca de 18,5% da variância, o primeiro fator extraído é composto por 3 variáveis, sendo a de maior carga S_Regime_DEMOC (0,757), seguida por DEMOC (0,586) e COTA (-0,587), ambas com cargas praticamente iguais. Diferentemente do que ocorre em 2014, em 2018 a valorização normativa do regime está associada mais fortemente à valorização de políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades entre os cidadãos, configurando por isso uma valorização mais substantiva do regime.

O segundo fator extraído pela análise explica cerca de 17% da variância e é composto principalmente por Sem_Miséria (0,755), DESIG_SGOV (0,595) e DEMOC, que apresenta a carga mais baixa do fator (0,413). Muito semelhante ao que ocorre em 2014, este fator evidencia uma associação entre a preferência pela democracia e a redução das desigualdades socioeconômicas, indicando o reconhecimento do déficit socioeconômico que o regime apresenta na prática.

Surpreendentemente e ao contrário do que ocorre nos anos anteriores, em 2018 as variáveis relacionadas à valorização do voto não compõem um único fator com as variáveis de preferência pela democracia. É apenas no 3º fator em que elas aparecem, e sem nenhuma associação com as medidas de apoio ao regime, sugerindo a perda de um pilar importante da base procedimental de sustentação democrática no âmbito dos valores dos cidadãos. Explicando cerca de 17% da variância, este fator é composto principalmente por S_VOTA (-0,719) e VOTO_INFLU (0,647), além de COTA, que com carga bem menor (0,419), indica que em 2018 a adesão e valorização do voto está associada à percepção meritocrática de que as cotas prejudicam sim quem tem mais competência.

Em outras palavras, a valorização do procedimento eleitoral se dá com a desvalorização de políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades entre os cidadãos, diferentemente do que ocorre em 2014. A dissociação do voto do apoio à democracia e sua relação de forma mais ampla com a manutenção das desigualdades sociais é uma constatação preocupante para 2018.

É interessante notar ainda que à semelhança de 2014, a variável COTA também não compõe o mesmo fator de outras variáveis que medem desigualdade como DESIG_SGOV e Sem_MISÉRIA. A demanda por uma redução das desigualdades entre os níveis de renda não coexiste com a valorização de mecanismos que promovem uma redução da desigualdade social, como as cotas, indicando novamente uma desconexão entre as dimensões econômica e social da desigualdade, em termos de valores e princípios democráticos do cidadão.

Em síntese, é possível constatar para o ano de 2018 uma adesão multidimensional à democracia composta ao menos por 3 fatores: (1) a preferência pela democracia enquanto forma de governo, associada à valorização de direitos e políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades; (2) a preferência pela democracia enquanto forma de governo, associada à demanda pela redução da desigualdade de renda e à percepção de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria, e (3) a valorização do voto associada à percepção meritocrática de que as cotas prejudicam quem tem mais competência.

Sobre este último fator, sabe-se que as cotas são um mecanismo de reparação e promoção de justiça social, enquanto que a meritocracia serve à reprodução consciente ou não, das desigualdades sociais e raciais. A relação entre valorização do voto e meritocracia aparenta então ser um tanto contraditória. Como pode fazer sentido um cidadão aderir ao voto e conseqüentemente ao procedimento eleitoral básico de uma democracia, ao mesmo tempo

em que apresenta uma visão meritocrática sobre políticas de igualdade de oportunidades como as cotas?

O voto enquanto direito político iguala todos os cidadãos, ou seja, o voto do mais rico não tem mais peso ou relevância do que o do mais pobre. Todos são iguais no processo de escolha de um representante. Essa igualdade é legitimada por este cidadão que valoriza o voto e vê nele um instrumento de influência e canalização de demandas, mas para este mesmo cidadão, essa igualdade não se replica para a esfera social. É como se ele reconhecesse que é igual ao outro em termos de direitos políticos, mas que ambos não ocupam o mesmo espaço na estrutura social. Nesse sentido, políticas como as cotas reorganizam espaços que a priori eram de distinção social, causando desconforto.

Assim, o fator composto pela valorização e adesão ao voto no ano de 2018 acaba por sugerir uma adesão à dimensão eleitoral da democracia mais inconsistente, não só por não estar associada ao apoio ao regime, como também por expressar uma divisão entre social e político, no que diz respeito ao reconhecimento de direitos. Em última instância, isso sugere o quanto a adesão à democracia se compõe de dimensões distintas e independentes.

4.2. Agrupando os casos: democratas de um lado e autoritários de outro?

A pergunta que inicia esta seção é intuitivamente provocativa: até que ponto democratas e autoritários compõem cada qual um grupo coeso em termos de valores políticos? A análise de cluster realizada em cada um dos anos revelou não só uma distinção mais clara entre democratas e autoritários, como também uma falta de coesão entre os valores dos democratas, que não compõem um grupo único e homogêneo. Embora mais de 60% dos brasileiros apoiem a democracia no período analisado (ESEB 2010, 2014 e 2018), um percentual bem menor apoia integralmente alguns dos princípios subjacentes ao regime. O quadro 15 apresenta os dados para o ano de 2010.

Quadro 15. Perfis de adesão à democracia em 2010¹⁰

Grupo	%	1	2	3	4	5	6
		Democracia versus Ditadura	Democracia tem problemas, mas é melhor	Adesão ao voto não obrigatório	Influência do voto*	Governo deve reduzir diferenças entre ricos e pobres	Reprimir manifestação radicalizada
1	63,1	Democrata	Concorda muito	Sim	1	Concorda muito	Concorda um pouco
2	13,2	Democrata	Concorda muito	Sim	1	Discorda um pouco	Concorda um pouco
3	14,6	Democrata	Concorda um pouco	Não	4	Concorda muito	Concorda um pouco
4	9,1	Autoritário	Discorda um pouco	Não	2	Concorda muito	Concorda um pouco

*1 - Influencia muito e 5 - Não influencia nada

O grupo com a maior parte dos casos (63,1%) é também o mais democrático e coeso na adesão às dimensões normativa, eleitoral e substantiva do regime. Os indivíduos deste grupo não só preferem a democracia à ditadura e concordam muito com o regime democrático como a melhor forma de governo mesmo quando este apresenta problemas, como também se dispõem a votar mesmo se o voto não fosse obrigatório, atribuindo também o máximo de eficácia ao procedimento eleitoral. Assim como todos os demais clusters, este grupo concorda pouco com a repressão a manifestações radicalizadas, e também reconhece fortemente o papel do Estado como ator importante na redução das desigualdades e é neste ponto em que os grupos de 1 e 2 se diferenciam.

Abrangendo um percentual bem menor de casos (13,2%) os indivíduos do grupo 2 discordam um pouco da ideia de que é dever do governo reduzir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres, configurando por isso um grupo de democratas que na esfera política valoriza as eleições como forma de intervenção na política, mas que no campo social defende um Estado menos interventor.

Já o terceiro grupo de democratas representa um percentual de casos semelhante ao grupo 2 (14,6%), mas diferentemente deste, não se dispõe voluntariamente a votar e atribui

¹⁰ Os processamentos brutos das análises de agrupamentos para os 3 anos são apresentados no Apêndice Metodológico, na seção 'Técnica 2: Análise de agrupamentos'. Os dados são equivalentes e os processamentos são apresentados para efeito de transparência.

pouca eficácia ao voto, ou seja, não aderem à dimensão eleitoral da democracia. Não reconhecem o voto como um meio de canalizar demandas e preferências e por isso não legitimam o principal pilar procedimental do regime democrático.

Apesar de apoiarem a democracia, os cidadãos deste grupo expressam uma adesão normativa mais fraca ao regime, pois concordam pouco com a ideia de que apesar dos problemas a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo. São democratas com uma adesão normativa fraca e que não aderem à dimensão eleitoral, e que por isso que se aproximam mais dos Autoritários.

Representando apenas 9,1% dos casos, os Autoritários são assim denominados porque não preferem a ditadura em algumas circunstâncias e discordam de que a democracia seja sempre a melhor forma de governo. Este grupo também não adere voluntariamente ao voto, mas curiosamente reconhece a eficácia deste sobre os acontecimentos do país, configurando uma adesão ambígua à dimensão eleitoral da democracia. Se eles reconhecem a influência do voto, significa que ao menos em parte acreditam que seus interesses, demandas e preferências são de fato canalizadas através desse mecanismo e do sistema representativo, então por que não se dispõem a votar voluntariamente?

Uma chave possível de compreensão seria indagar se esses cidadãos entendem a dimensão de eficácia do voto dissociada da dimensão da escolha através de eleições livres, limpas e competitivas, ou seja, um processo eleitoral de escolha que caracteriza regimes democráticos. Considerando que em algumas circunstâncias este grupo prefere a ditadura à democracia, a eficácia do voto que ele reconhece pode estar associada a todo um rito eleitoral que não é o de regimes democráticos, daí a dissociação entre as dimensões de eficácia e escolha do voto, configurando uma adesão ambígua à dimensão eleitoral do regime.

Analisados em conjunto, os grupos revelam uma distinção clara em termos de perfil, entre democratas e autoritários. Eles se diferenciam essencialmente pela valorização do regime e do seu principal procedimento, o voto. No entanto, levando em consideração todas as variáveis é possível perceber que os limites entre um perfil e outro são bem mais complexos, a começar pelos democratas, que não formam um grupo homogêneo. Quase 30% dos indivíduos considerados democratas são também ambivalentes, ou seja, apresentam um sistema de crenças com alguns valores democráticos e outros não tão democráticos assim.

Concepções sobre o papel do Estado na redução das desigualdades ou mesmo a adesão voluntária ao voto indicam que a preferência pelo regime democrático não necessariamente vem acompanhada de valores coesos. Pelo contrário, ela pode e é

acompanhada por valores que em seu conjunto são expressão da própria multidimensionalidade da democracia e da independência entre suas dimensões.

De qualquer forma os dados para 2010 podem ser considerados prósperos, já que mais de 60% dos casos compõem um núcleo duro e coeso de adesão ao regime e os autoritários não chegam a 10% dos casos, além de que não são autoritários absolutos. Defendem um governo protagonista na redução das desigualdades de renda e reconhecem a influência do voto sobre as coisas que acontecem no país.

Como indicado no quadro 16, a análise para o ano de 2014 se mostrou bem mais preocupante e complexa do que em 2010:

Quadro 16. Perfis de adesão à democracia em 2014

Grupo	%	1	2	3	4	5	6	7	8
		Democ. versus Ditadura	Democ. tem problemas mas é melhor	Adesão ao voto não obrigatório	Influ. do voto*	Governo deve reduzir diferenças de renda	Manifestações radicalizadas são válidas	Democ. só será verdadeira sem miséria	Cotas prejudicam
1	13	Democrata	Concorda muito	Não	5	Concorda em parte	Concorda um pouco	Concorda um pouco	Discorda um pouco
2	15,8	Democrata	Concorda muito	Não	4	Concorda em parte	Concorda um pouco	Concorda um pouco	Concorda um pouco
3	18,7	Democrata	Concorda um pouco	Não	5	Concorda em parte	Discorda muito	Concorda um pouco	Discorda muito
4	16,2	Democrata	Concorda um pouco	Sim	5	Concorda em parte	Discorda muito	Concorda um pouco	Concorda um pouco
5	10,8	Democrata	Concorda um pouco	Não	2	Concorda em parte	Indeciso	Concorda um pouco	Indeciso
6	17,8	Autoritário	Indeciso	Não	5	Concorda em parte	Indeciso	Concorda um pouco	Indeciso
7	7,7	Autoritário	Indeciso	Não	5	Concorda em parte	Discorda muito	Discorda um pouco	Indeciso

*5 - Influencia muito e 1 - Não influencia nada

Em 2014, representado 13% e 15,8% do número de casos, os grupos 1 e 2 respectivamente são os que mais valorizam o regime através das duas medidas de apoio normativo, e apesar de não aderirem voluntariamente ao voto, reconhecem a alta influência deste sobre os acontecimentos do país, o que também aqui configura uma adesão ambígua à

dimensão eleitoral da democracia. Assim como todos os grupos gerados pela análise, eles concordam em parte que deve ser responsabilidade do governo reduzir as diferenças entre os níveis de renda, e aderem à participação política através de manifestações radicalizadas, evidenciando um conjunto de democratas que é mais tolerante ao emprego de violência nas manifestações. Ambos os grupos também concordam, ainda que pouco, com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria, sugerindo a adesão a uma democracia que não aceita a desigualdade social como algo normal e intrínseco. No entanto, estes dois grupos se diferenciam no posicionamento com relação às cotas. Enquanto o grupo 1 discorda um pouco da ideia de que elas prejudicam quem tem mais competência, o grupo 2 concorda um pouco com essa afirmação e é por isso ambíguo na adesão à dimensão substantiva do regime, já que não reconhece a importância de políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades. De forma mais ampla, ambos podem ser considerados democratas ambivalentes por não aderirem ao voto, ainda que o valorizem, e também por concordarem em partes que é dever do Estado reduzir a desigualdade de renda.

Sobre este último ponto é importante destacar que enquanto que em 2010, 3 dos 4 grupos identificados na análise concordavam muito com a ideia de que é dever do Estado reduzir a desigualdade socioeconômica, em 2014 nenhum grupo manifesta esse posicionamento em seu perfil. Todos concordam em parte com essa ideia, evidenciando que de um momento a outro a adesão à dimensão substantiva da democracia se enfraquece.

Seguindo com a análise, temos que diferentemente dos dois primeiros, os outros 3 grupos de democratas também preferem a democracia à ditadura mas concordam pouco com a ideia de que apesar dos problemas esta seja a melhor forma de governo, configurando uma adesão normativa um pouco mais fraca à democracia.

Com 18,7% dos casos o grupo 3 não adere de forma alguma a manifestações radicalizadas, e é por isso mais intolerante ao uso de violência nesse tipo de participação em comparação aos grupos 1 e 2. Além disso, também discorda muito da noção de que as cotas prejudicam, fazendo um contraponto forte aos dois primeiros grupos que, apesar de uma adesão normativa mais forte, apresentaram valores menos democráticos na esfera social e participativa.

O grupo 4 se assemelha muito ao grupo 3, com a diferença de que também não reconhece a importância de políticas afirmativas que promovem uma maior igualdade de oportunidades. Além disso, este grupo de democratas é o único que com apenas 16,2% dos casos, adere voluntariamente ao voto e apresenta por isso uma adesão coesa à dimensão

eleitoral da democracia. Se não fosse a sua concordância com a ideia prejudicial das cotas, este poderia ser considerado o grupo mais democrático da amostra, e também o mais coeso. Vale ressaltar que um exercício exploratório da análise de cluster com menos grupos não evidenciou sequer um grupo com adesão voluntária ao voto em estruturas com menos que 7 grupos, evidenciando que esta solução é a mais adequada para a análise dos casos, já que mais de 40% dos respondentes em 2014 votariam caso o voto não fosse obrigatório.

O quinto e último grupo de democratas representa apenas 10,8% dos casos e assim como o grupo anterior também é coeso nos valores políticos que dizem respeito ao voto, mas no sentido oposto. São democratas que não só não aderem voluntariamente ao voto, como também não reconhecem a capacidade de influência deste sobre os acontecimentos do país. Além de não aderirem à dimensão eleitoral da democracia, são indecisos com relação às manifestações radicalizadas e às cotas, concordando pouco com a ideia de que a democracia só será verdadeira se acabar com a miséria. Apesar do apoio à democracia, os indivíduos deste grupo são democratas marcados pela indecisão nos valores e por uma total falta de compromisso com um modelo de democracia liberal representativa.

Considerando a inexistência de um grupo coeso, ou seja, que no mínimo prefere a democracia, concorda muito com a ideia de que ela tem problemas, mas é a melhor forma de governo, adere voluntariamente ao voto e reconhece sua influência, os ambivalentes somam em 2014 um total de 74,5% dos casos, que em 2010 não chegavam a 30%. Mesmo se considerarmos o grupo 4 como sendo o de democratas coesos, por aderir ao regime e à sua dimensão eleitoral, não legitimar manifestações violentas e demandar por um modelo de democracia sem miséria, ainda seriam 58,3% de democratas ambivalentes, o que confirma parcialmente a hipótese deste trabalho, porque em comparação com 2010 também há um crescimento do núcleo de autoritários, que em 2014 representam 25,5% dos casos e em 2010 não chegavam a 10%.

Com relação a este último conjunto de indivíduos, a análise evidenciou que eles se dividem em 2 grupos. Ambos preferem a ditadura em algumas circunstâncias, são indecisos sobre se apesar dos problemas a democracia é a melhor forma de governo e também não votariam se o voto não fosse obrigatório, no entanto atribuem a este uma máxima influência sobre os acontecimentos do país, por isso as diferenças entre eles se dão nos valores sobre manifestações, democracia sem miséria e cotas. O grupo de autoritários mais numeroso (17,8% dos casos) é indeciso com relação a manifestações radicalizadas e ao caráter prejudicial ou não das cotas, mas demanda por uma democracia sem miséria, revelando uma

adesão ambígua à dimensão substantiva do regime, marcada por certa dissociação entre desigualdade social e econômica.

Por sua vez, o menor grupo de autoritários (7,7% dos casos) também é indeciso com relação às cotas e é o único grupo da amostra que reconhece a democracia como verdadeira mesmo com miséria. Além disso, não adere de forma alguma a manifestações radicalizadas, se aproximando neste ponto de outros 2 grupos de democratas. De modo geral, ambos os perfis considerados como autoritários são nitidamente marcados pela indecisão. Eles podem até preferir a ditadura em algumas circunstâncias, mas não têm opinião formada sobre muitos aspectos, e em grande parte também por isso é que não são coesos, o que marca um conjunto de autoritários mais moderados.

Com isso, 2014 revela um crescimento de autoritários moderados em alguns pontos e indecisos em outros. A análise para o ano de 2018 revela perfis mais bem delimitados nesse sentido, com a volta de um núcleo duro democrático que representa quase 1/3 dos casos, além da redução do número de autoritários a um valor próximo de 2010, como pode ser observado no quadro 17:

Quadro 17. Perfis de adesão à democracia em 2018

Grupo	%	1	2	3	4	5	6	7
		Democ. versus Ditadura	Democ. tem problemas mas é melhor	Adesão ao voto não obrigatório	Influ. do voto*	Governo deve reduzir diferenças de renda	Democ. só será verdadeira sem miséria	Cotas prejudicam
1	31,2	Democrata	Concorda muito	Não	5	Concorda em parte	Concorda muito	Discorda muito
2	24	Democrata	Concorda muito	Não	5	Concorda em parte	Concorda muito	Concorda muito
3	12	Democrata	Concorda um pouco	Não	5	Concorda em parte	Discorda um pouco	Discorda muito
4	7,9	Democrata	Concorda um pouco	Sim	5	Concorda em parte	Discorda um pouco	Concorda muito
5	8,7	Democrata	Concorda um pouco	Não	2	Concorda em parte	Concorda um pouco	Discorda muito
6	6,6	Democrata	Concorda um pouco	Não	2	Concorda em parte	Concorda muito	Concorda muito
7	9,6	Autoritário	Discorda um pouco	Não	5	Concorda em parte	Concorda muito	Indeciso

*5 - Influencia muito e 1 - Não influencia nada

Os dois primeiros grupos apresentam a adesão normativa mais forte à democracia e apesar de não aderirem voluntariamente ao voto, o grupo 1, com 31,2% dos casos pode ser considerado o grupo democrático mais coeso, não só por preferir a democracia à sua alternativa autoritária e concordar muito com que apesar dos problemas esta seja a melhor forma de governo, mas também por atribuir uma alta influência ao voto, concordar muito com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria e discordar muito de que as cotas prejudicam quem tem mais competência. Apesar de ser um grupo com uma adesão ambivalente à dimensão eleitoral da democracia, é coeso nas suas dimensões substantiva e normativa. Não só este, mas todos os demais grupos concordam em parte com a ideia de que o governo deve reduzir as diferenças entre os níveis de renda, por isso o reconhecimento do papel do Estado na redução das desigualdades econômicas não é forte, assim como em 2014, evidenciando que em alguma medida a demanda por um Estado mais presente diminui ao longo do tempo.

Reunindo 24% dos casos, o grupo 2 é igual ao grupo 1 exceto por concordar com a noção de que as cotas prejudicam e muito quem tem mais competência. São democratas que não reconhecem o papel de políticas afirmativas como as cotas na redução da desigualdade social, mas que, no entanto, concordam muito com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria, sugerindo mais uma vez que as dimensões social e econômica da desigualdade estão dissociadas no âmbito dos valores políticos dos cidadãos.

O terceiro grupo também de democratas é menos expressivo que os dois anteriores (apenas 12% dos casos) e também se assemelha muito ao primeiro, com a diferença de que concorda um pouco (e não muito) com que a democracia seja a melhor forma de governo, e discorda um pouco com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria. Para este grupo problemas como a miséria fazem parte em alguma medida do regime democrático e não geram por isso nenhum estranhamento, configurando uma adesão mais prática da democracia.

Representando apenas 7,9% dos casos, o quarto grupo também concorda um pouco com que a democracia seja a melhor forma de governo apesar dos problemas, e é o único que adere voluntariamente ao voto, se caracterizando com isso, por uma adesão coesa à dimensão eleitoral do regime. Os quase 8% de casos representados por este grupo são menos da metade do percentual de casos que em 2014 também votariam se o voto não fosse obrigatório, e são por assim dizer, menos democráticos do que aqueles, pois não só concordam muito com a noção de que as cotas prejudicam quem tem mais competência, como

também não demandam por uma democracia sem miséria. Vale ressaltar que assim como ocorre em 2014, em 2018 os testes com quantidades menores de clusters ocultaram o grupo que adere naturalmente ao voto, que só emerge na estrutura com 7 grupos. A partir de 2014 há, portanto, uma desvalorização forte e progressiva do voto que coloca em xeque em alguma medida a legitimidade do principal mecanismo da democracia liberal representativa.

Por fim, os dois últimos grupos de democratas se diferenciam dos anteriores e se assemelham entre si pelo fato de não só não aderirem ao voto, como também por atribuírem pouca influência a ele. Para estes democratas o voto não se constitui como um meio para canalizar demandas e preferências através do sistema representativo, deslegitimando completamente o principal procedimento da democracia. Em conjunto, estes dois grupos são 15,3% dos casos, maior que os 10,8% de 2014, mas semelhante aos 14,6% de 2010, que também não aderiram à dimensão eleitoral.

Para além das semelhanças, estes dois grupos se diferenciam fundamentalmente no posicionamento com relação às cotas. Enquanto o grupo 5 discorda muito da noção de que elas prejudicam quem tem mais competência, o grupo 6 concorda muito com ela e também com a ideia de uma democracia verdadeira apenas sem miséria, configurando uma adesão ambígua à dimensão mais substantiva do regime.

Por fim, com apenas 9,6% dos casos, o último grupo é composto pelo que chamamos aqui de autoritários. São indivíduos que em algumas circunstâncias podem preferir a ditadura e que por isso discordam da ideia de que apesar dos problemas a democracia seja sempre a melhor forma de governo. São indivíduos que também não aderem de forma espontânea, mas que, no entanto, atribuem a ele o máximo de influência. É interessante notar, no entanto, que estes cidadãos concordam muito com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria. Este é também o posicionamento dos dois primeiros grupos que aderem mais fortemente à democracia, e faz um contraponto interessante com a preferência pela ditadura. Estaria na incapacidade do regime democrático em resolver problemas como déficits sociais, uma das razões que levam estes cidadãos a preferir a ditadura? Não é possível afirmar isso, mas de qualquer forma eles não chegam a 10% dos casos em 2018, percentual bem menor do que os 25,5% de 2014, e assim como os daquele ano, estes autoritários também são indecisos com relação às cotas.

4.3. Um balanço das análises: dados, contexto e reflexões

O primeiro ponto a se destacar diz respeito à complementariedade dos métodos utilizados. A análise fatorial foi fundamental para evidenciar a estrutura da adesão à democracia a partir das variáveis utilizadas, e a análise de agrupamentos foi crucial não só para confirmar, mas também para esmiuçar e relativizar essa estrutura de valores. Lançou luz sobre a análise fatorial e indicou exatamente onde a estrutura de valores se concretiza, onde não, e por que: a multidimensionalidade da adesão à democracia permite a independência entre as dimensões de adesão e conseqüentemente, a falta de coesão entre os valores, o que por sua vez relativiza em alguma medida as estruturas identificadas pelo método de análise fatorial.

Comparando os dados para cada um dos anos, percebe-se que a estrutura de valores identificada pela análise fatorial em 2010 se “materializa”, por assim dizer, nos perfis de adesão à democracia. Começando pela estrutura identificada pelo primeiro fator, referente à preferência pela democracia como forma de governo associada à valorização do voto, ela se manifesta na composição dos dois grupos mais democráticos deste ano: com 76,3% dos casos, os grupos 1 e 2 aderem de forma coesa às dimensões normativa e eleitoral da democracia, confirmando o vínculo entre adesão normativa e valorização da dinâmica eleitoral no âmbito dos valores políticos dos cidadãos.

No mesmo sentido, a estrutura do segundo fator, referente à relação entre a demanda por uma democracia mais justa e a repressão a manifestações radicalizadas, está presente em 3 dos 4 grupos identificados neste ano. Todos os 4 concordam um pouco com a repressão a manifestações mais radicais, e destes, 3 concordam muito com a noção de que o governo deve reduzir a desigualdade de renda. Destes 3, 2 são grupos de democratas e o maior deles (grupo 1, com mais de 60% dos casos) não só adere de forma coesa às dimensões normativa e eleitoral da democracia, como também concorda muito com a noção de que o governo deve reduzir a desigualdade de renda, ou seja, também adere à dimensão substantiva do regime. Considerando o contexto de análise, essa adesão majoritária à dimensão substantiva pode ser expressão direta do reconhecimento e legitimação das políticas públicas que se deram ao longo dos mandatos de Lula (2002-2010).

De modo geral, o momento de 2010 pode ser visto como promissor em termos de coerência e predomínio de valores democráticos entre os brasileiros.

Partindo para 2014, a estrutura de valores identificada pelo primeiro fator, referente à preferência pela democracia associada à demanda pela redução da desigualdade de

renda e ao reconhecimento de que ela só será verdadeira quando acabar com a miséria, se manifestou na composição dos valores de todos os 5 grupos de democratas identificados, no entanto a análise de cluster mostrou que essa demanda por redução da desigualdade já não é tão forte como em 2010. Dos 5 grupos que preferem a democracia e acreditam que apesar dos problemas ela seja a melhor forma de governo, todos concordam apenas em parte com a noção de que o governo deve tomar medidas para reduzir a desigualdade de renda, e todos concordam pouco com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria.

Em outras palavras, a associação entre redução das desigualdades e preferência pela democracia em 2014 existe, mas é menor do que em 2010, configurando uma adesão mais fraca à dimensão substantiva do regime, e uma chave possível de análise para a compreensão ao menos parcial desse ponto passa pelo contexto de turbulência política, econômica e social que se deu a partir de 2013.

De acordo com Alonso (2019), o contexto iniciado com o ciclo de manifestações de 2013 pode ser visto como expressão de um processo mais longo e profundo de mudanças na sociedade brasileira, ancoradas essencialmente (1) na forte expansão da educação superior nos governos petistas¹¹, (2) no aumento da renda das famílias mais pobres, pelo avanço de políticas redistributivas de efeito imediato acompanhadas de valorização do salário mínimo, e (3) na implementação de ações afirmativas (cotas) nas universidades federais, introduzindo indivíduos nascidos na base ou nos estratos médios da sociedade nos espaços de formação e distinção da elite social.

Os efeitos sociopolíticos deste processo sacudiram, por assim dizer, o tripé da estrutura social brasileira: raça, escolaridade e renda, produzindo desequilíbrios na balança de poder e reorganizando a posição de cada um na pirâmide social. Vale destacar ainda que tiveram papel importante nesse processo outras políticas como a PEC das domésticas, de 2012, que avançou sobre as relações de mando e obediência no âmbito privado, ponto fundamental da distinção social em uma sociedade de raiz escravocrata como a brasileira (Alonso, 2019).

Destas mudanças emergiram grupos descontentes que também foram parte do “público”, por assim dizer, para o sentimento de insatisfação com a ineficiência estatal e a corrupção. As obras para a Copa do Mundo de 2014 colocaram em xeque o papel do Estado

¹¹ Em 1998, 2.125.958 de pessoas cursavam algum curso superior. Em 2012, eram 7.037.688. Triplicação acrescida de expansão de faculdades públicas e particulares e crédito estudantil: o ProUni beneficiou 1.919.480 estudantes de baixa renda e/ou vindos de escolas públicas, entre 2003 e 2013 (Alonso, 2019).

na sociedade, bem como suas prioridades e sua eficiência. Paralelamente a isso, o julgamento do Mensalão em 2012 fez com que a corrupção se tornasse tema onipresente nos meios de comunicação e nas redes sociais, configurando um sentimento amplo de insatisfação que foi para além dos descontentes com a reorganização da hierarquia social, contribuindo de forma decisiva para os ciclos de protestos de 2013 (Alonso, 2019).

Assim, a expressão de uma adesão mais fraca à dimensão substantiva do regime em 2014 encontra um caminho possível e coerente de explicação no incômodo causado pelas mudanças de status social. Neste momento os dados indicam já ser pouco desejável que o governo tome medidas para reduzir a desigualdade de renda, e se torna mais aceitável um modelo de democracia *verdadeira* mesmo com miséria.

Seguindo com a análise dos dados para 2014, a estrutura de valores do segundo fator, referente à preferência pela democracia associada à valorização do voto, só se mostrou forte e coesa apenas no grupo 4, com 16,2% dos casos. Dos outros 4 grupos de democratas, 3 são ambivalentes na adesão à dimensão eleitoral da democracia, pois reconhecem a eficácia do voto para mudar o que acontece no Brasil, mas não se dispõem a votar caso o voto não fosse obrigatório, e 1 além de não votar, também atribui pouca eficácia, o que faz sentido em um contexto onde as manifestações se mostraram muito mais eficazes na canalização das demandas do que o voto em um ano de eleições para a presidência.

Sabemos que a adesão democrática é um construto normativo, com valores que traduzem a preferência pelo regime enquanto forma de governo, suas dimensões e suas bases institucionais, em especial o voto, por isso essa ambiguidade na adesão à dimensão eleitoral em 2014 é preocupante. Que base de adesão democrática é essa que não se dispõe a votar?

Neste ponto é preciso ter em mente que o conceito de apoio ao regime diz respeito à legitimidade atribuída às regras do jogo. Trata-se das crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa constituem a mais apropriada estrutura de governo, independente do desempenho de governos e lideranças. Quando os dados indicam um descolamento entre valorização do regime e voto, o que está em jogo não é a legitimidade do regime em si, mas sim a do seu arcabouço institucional. É o compromisso democrático dos cidadãos com um modelo de democracia liberal representativa que se enfraquece, e não o compromisso com a preferência pela democracia. Essa ponderação é fundamental para compreender as possíveis implicações que essa adesão ambígua à dimensão eleitoral pode ter para a estabilidade institucional do regime.

Sobre esse ponto sabe-se que já há algum tempo vem se evidenciando um processo mais amplo de desvalorização das instituições democráticas. Inúmeras democracias vêm passando por um processo de descrédito relacionado às instituições como partidos, Congresso e eleições, associado à dificuldade do sistema representativo em conseguir canalizar as demandas sociais de forma eficiente, daí a desvalorização do voto como método para a escolha dos governantes e canalização de preferências (Nogueira, 2019).

No caso do Brasil esse processo de desvalorização vem sendo apontado desde o começo dos anos 2000, evidenciando uma cultura política híbrida que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas, e que se evidencia de forma muito clara em 2014. Nesse momento, a coexistência entre adesão democrática e desvalorização do voto tem como pano de fundo o alarme que soou com as manifestações de 2013, que não só pressionaram o sistema político como também evidenciaram a distância existente entre ele e as ruas. Naquele momento, as manifestações ditaram o *time* político e se mostraram muito mais eficazes na canalização das demandas do que o voto, evidenciando de forma mais nítida a crise de representatividade que as instituições democráticas vêm enfrentando. Nesse contexto, se destacam outros meios de participação, considerados pelo cidadão como sendo mais eficazes, como o ativismo digital através das redes sociais e as manifestações.

A eficácia destas para uma expressão mais imediata das demandas nos leva então para a terceira e última estrutura identificada pela análise fatorial de 2014: a adesão a manifestações mesmo que radicalizadas, associada à noção meritocrática de que as cotas prejudicam quem tem mais competência e também à baixa eficácia do voto. Esta estrutura se manifestou apenas no grupo 2, abrangendo 15,8% dos casos, que concordam um pouco tanto com manifestações mais radicalizadas, quanto com a ideia de que as cotas são prejudiciais. Outros dois grupos de democratas concordam apenas com um ponto ou outro, e entre os autoritários essa estrutura de valores não se manifesta.

É importante destacar que a adesão a manifestações mesmo que radicalizadas vai de encontro com o ciclo de manifestações iniciado em 2013, muitas das quais não pacíficas, em especial pela presença dos *black blocs*, enquanto símbolo de um ativismo mais radicalizado que marcou presença de forma significativa nos movimentos e noticiários da época.

A hipótese de que manifestações aparentam ser mais eficientes aos olhos do cidadão no contexto das insatisfações de 2014 explica porque a adesão a esta forma de

participação está associada à baixa eficácia do voto na análise fatorial deste ano. O curioso é tanto a não eficácia do voto, quanto as manifestações radicalizadas se associam à noção meritocrática de que as cotas prejudicam quem tem mais competência. O elemento 'cotas' não compõe o fator que trata do apoio ao regime e de uma menor intervenção do Estado na redução das desigualdades, mas sim o fator que trás o apoio a manifestações radicalizadas.

Por fim, quando chegamos em 2018 a estrutura de valores do primeiro fator, referente à preferência pela democracia enquanto forma de governo associada à valorização de políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades como, se materializou em 3 dos 6 grupos de democratas (grupos 1, 3 e 5). Todos eles aderem à dimensão normativa da democracia e discordam muito da noção de que as cotas são prejudiciais, o que representa 51,9% dos casos. Em contraposição, os outros 3 grupos (grupos 2, 4 e 6) representando 38,5% dos casos, concordam muito com esse caráter prejudicial, relativizando os resultados da análise fatorial e o caráter democrático do perfil dos democratas que não aderem totalmente à dimensão substantiva do regime.

Por sua vez, a estrutura de valores do segundo fator, referente à preferência pela democracia enquanto forma de governo associada à demanda pela redução da desigualdade de renda e à noção de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria, se evidenciou na composição dos valores de 4 dos 6 grupos de democratas (grupos 1, 2, 5 e 6). Todos eles aderem à dimensão normativa do regime, sendo que 3 *concordam muito* com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria e 1 *discorda pouco*. No entanto, todos os 6 *concordam em parte* com a ideia de que o governo deve reduzir a desigualdade de renda.

Estes dados assim como em 2014, expressam uma redução pela demanda de intervenção do Estado através de políticas para redução da desigualdade, mas diferente de 2014, em 2018 essa demanda por intervenção aparenta ser maior, uma vez que 61,2% dos casos *concordam muito* com a ideia de que a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria - enquanto que em 2014 todos os grupos democratas *concordavam um pouco* -, e 51,9% dos casos *discordam muito* da ideia de que as cotas são prejudiciais (grupos 1, 3 e 5), enquanto que em 2014 eram apenas 18,7% (grupo 3).

Por fim, a última estrutura de valores de 2018, relativa à valorização do voto associada à percepção meritocrática de que as cotas prejudicam quem tem mais competência, se manifesta de forma coesa apenas no grupo 4. Com 7,9% dos casos, este grupo de democratas é o único que reconhece a influência do voto, adere voluntariamente ao ato de

votar e concorda plenamente com a noção de que as cotas prejudicam, o que relativiza a estrutura de valores evidenciada pela análise fatorial. Dos outros dois grupos que também sustentam essa percepção prejudicial sobre as cotas, um não adere e não valoriza o voto (grupo 6), e outro com 24% dos casos também não adere, mas pelo menos reconhece sua influência sobre os acontecimentos do país (Grupo 2).

Com relação à questão das cotas, a percepção de que elas prejudicam se agrava em 2018, quando 38,5% dos casos distribuídos em 3 grupos de democratas *concordam muito* com essa noção, em contraposição aos 32% que em 2014 expressavam um nível menor de concordância com essa noção.

Por sua vez, com relação à questão do voto, o ponto a se destacar aqui é que em 2018 o descolamento entre a dimensão eleitoral e normativa do regime se dá não só na estrutura de valores identificada pela análise fatorial, mas também na composição dos perfis, afinal de contas, apenas o grupo 4, com 7,9% dos casos manifesta preferência pela democracia ao mesmo tempo em que adere voluntariamente ao voto, revelando um agravamento da tendência já manifestada em 2014, de descrédito do mecanismo eleitoral.

Há, no entanto, o reconhecimento da *influência* do voto: em 2014 89,2% dos casos pela análise de agrupamentos reconhecem essa influência, valor bem semelhante aos 84,7% de 2018, configurando uma adesão ambígua à dimensão eleitoral da democracia que nos leva a indagar o quanto os cidadãos entendem de modo separado a dimensão de *eficácia* do voto, da dimensão da *escolha*.

De modo geral os resultados de 2018 não revelam um crescimento da base social autoritária, mas sim sua diminuição, por isso são positivamente surpreendentes em comparação a 2014. O que cresce na verdade é a base democrata, especialmente um núcleo mais coeso representando quase 1/3 dos casos analisados (grupo 1), sugerindo que a *preferência pela democracia* enquanto elemento constitutivo da adesão democrática pode sim ser bastante estável como vem sustentando a literatura, mas que a *adesão democrática*, enquanto fenômeno mais amplo composto por dimensões independentes, não configura um fenômeno tão estável assim, podendo ser impactada pela experiência e socialização mais imediata do cidadão.

Nesse sentido, a análise de agrupamentos para os 3 anos é fundamental para diagnosticar a falta de coesão no conjunto de valores dos cidadãos. Estudos anteriores já haviam constatado esta ambivalência, a princípio na adesão normativa à democracia (Moisés, 2008), e posteriormente na adesão às diferentes dimensões do regime democrático (Fuks et

all, 2016), evidenciando que os diferentes princípios subjacentes ao regime não formam um sistema de crenças coeso, mas sim extremamente ambíguo, por razões que já estão sendo exploradas em trabalhos recentes como o de Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019).

Os dados analisados aqui mostram que é perfeitamente possível preferir a democracia sem valorizar o voto, ou ainda demandar por redução das desigualdades de renda, mas não valorizar políticas que promovem uma maior igualdade de oportunidades e consequentemente a redução da desigualdade social, como as cotas. Por serem independentes, a ausência de apoio para cada uma das dimensões pode ter implicações diferentes para a democracia, para além de configurar uma estrutura de valores ambígua, porque o que se coloca em questão aqui é o comprometimento dos cidadãos com as regras liberal-democráticas - ditas e não ditas – do jogo democrático. É disso que se trata quando analisamos os valores dos cidadãos para além do apoio ao regime e constatamos sua falta de coesão.

Cabe então questionar as implicações que (1) esta ambiguidade de valores e (2) o recuo dos valores democráticos em 2014 têm sobre a estabilidade da democracia brasileira. Tanto o recuo quanto a ambivalência expressam uma fragilidade do compromisso com o regime e com os valores democráticos. A análise de contexto é uma chave possível para a compreensão dessa questão, mas o ponto é que ao menos em curto prazo, esse comportamento dos valores pode ter contribuído para a vitória eleitoral de uma liderança política que subverte o que Levitsky e Ziblatt (2018) chamaram de ‘espírito democrático’.

Ao se colocar como opção em um momento de polarização em que o eleitorado já demonstrava insatisfação com o *establishment* político e com a corrupção, Jair Bolsonaro adotou o uso abusivo de uma retórica reacionária de fundo evangélico e voltada para a defesa de valores mais conservadores acerca de questões como família, pátria, gênero, raça e religião. Seu estilo informal e sua habilidade em utilizar as redes sociais encontraram eco nos eleitores que viram nele uma opção seja para derrotar o PT, seja para depositar esperanças num líder de novo tipo (Nogueira, 2019).

Ao adotar uma linguagem mais informal e direta, composta pelo uso rotineiro de insultos, intolerância explícita à oposição, à mídia e às instituições, além de intimidações e estímulo aberto à violência, Bolsonaro contribuiu para a legitimação e normalização de práticas desse tipo na sociedade brasileira, mudando o padrão de comportamento das pessoas e expandindo as fronteiras do comportamento político aceitável.

Nesse sentido, muitos fatores podem ser considerados importantes para a manutenção da democracia ao longo do tempo, como baixos índices de desigualdade e participação política da sociedade civil, mas segundo Levitsky e Ziblatt (2018) o desenvolvimento de normas democráticas informais¹² é um fator indispensável. Mais do que disposições pessoais, os autores se referem a códigos de conduta não escritos, mas compartilhados, aceitos e respeitados por todos, embasando práticas e valores fundamentais para o fortalecimento da Constituição e para a manutenção tanto da democracia, quanto do espírito democrático, que deve ser preservado não só pela opinião pública, mas também pelos atores políticos.

A efetivação desse *espírito democrático* passa pelo exercício de práticas e valores como a valorização de direitos, liberdades, participação e tolerância, além do não apoio a políticos ou modelos de regime autoritários por parte dos cidadãos. Caso contrário abre-se espaço para a vitória eleitoral de políticos autocráticos e para um processo quase imperceptível de enfraquecimento “legal” da democracia. A vitória eleitoral de candidatos autoritários e a continuidade dos procedimentos democráticos não configuram um marco onde o regime ultrapassa o limite para a ditadura, tornando a erosão da democracia quase imperceptível, especialmente em tempos de crise, onde a tolerância a medidas autoritárias em nome do “bem comum” tende a ser maior (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Diversas sociedades vêm visualizando a emergência de lideranças eleitas de modo legítimo, mas que manifestam pouco respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo e pela tolerância. Os casos de Viktor Orbán (Hungria), Recep Erdoğan (Turquia) e Vladimir Putin (Rússia) são considerados emblemáticos nesse sentido, mas Donald Trump (Estados Unidos) e Jair Bolsonaro (Brasil) seguem a tendência cada qual com suas especificidades (Levitsky e Ziblatt, 2018; Nogueira, 2019).

A questão é que estas lideranças não chegaram ao poder de forma espontânea. Elas foram democraticamente eleitas, e no caso brasileiro, por cidadãos em sua maioria democratas, que demonstram preferência pelo regime democrático, mas que manifestam uma adesão marcada pela ambivalência e instabilidade de valores, especialmente em momentos de

¹² Segundo Levitsky e Ziblatt (2018) seriam duas as principais normas informais. A primeira é a *tolerância mútua*, segundo a qual os concorrentes devem aceitar uns aos outros como rivais legítimos com o mesmo direito de existir e competir pelo poder de governar. A oposição deve ser aceita como legítima e não encarada ou rotulada como uma inimiga e ameaça. Caso contrário há espaço para o emprego de todos os meios necessários para derrotá-la e nisso jaz uma justificativa para medidas autoritárias. Já a segunda norma refere-se à *reserva institucional*, ou seja, evitar as ações que, embora respeitem a letra da lei, violam seu espírito.

crise, que parecem por em xeque os limites do compromisso dos cidadãos com o espírito democrático.

Svolik (2019) trás contribuições importantes nesse sentido ao argumentar que momentos de crise aguda geram uma polarizam que se reflete na competição eleitoral. Os eleitores são confrontados com uma escolha entre duas preocupações válidas, mas conflitantes: *princípios democráticos e interesses sectários*. Líderes como Chávez, Orban, Erdoğan, Trump e Bolsonaro exploram esse dilema ao transformar as tensões sociais em eixos de conflito político intenso, para então apresentaram uma escolha aos eleitores: votar por uma Venezuela mais redistributiva, uma Hungria sem imigrantes, um Brasil sem o PT, ou votar na oposição, que é mais democrática, mas oferece uma liderança e políticas menos atraentes. Nesse sentido, valores democráticos podem ser substituídos por interesses sectários, que podem ser traduzidos em lealdade a um líder, ou interesse na defesa de políticas econômicas e sociais específicas.

Quanto mais profundas forem as divisões políticas de uma sociedade nesse sentido, mais fácil será para o líder explorar essas divisões. Os profundos conflitos políticos na sociedade aumentam os interesses em jogo durante as eleições e, portanto, o preço que os eleitores devem pagar por colocar os princípios democráticos acima dos interesses sectários (Svolik, 2019).

Posto isso, se faz necessário então repensar dois pontos: (1) o papel dos cidadãos na manutenção do espírito democrático e (2) o compromisso que expressam com as regras ditas e não ditas do jogo democrático. Chávez, Putin, Bolsonaro e tantos outros chegaram ao poder pelo consentimento de uma maioria eleitoral, em um contexto de polarização onde o apoio ao regime e valores democráticos não deixou de existir, mas se reconfigurou. Há contextos e circunstâncias que podem levar valores democráticos a dar ‘meia volta’ e retroceder em alguma medida, como ocorre em 2014, ou ainda – e o que é pior -, viabilizar a vitória eleitoral de lideranças que rompem com o espírito democrático, mesmo quando há apoio coeso e significativo ao regime e aos princípios democráticos.

CONCLUSÃO

Os resultados analisados aqui evidenciam uma adesão multidimensional à democracia, composta por valores que se estruturam em dimensões distintas que não são interdependentes e nem lineares ao longo do tempo, por isso configuram um quadro de ambiguidade nos valores que já vinha sendo identificado por trabalhos anteriores no contexto da América Latina, (Moisés, 2008; Salinas e Booth, 2011; Schedler e Sarsfield, 2009; Fuks et al 2016).

As pesquisas realizadas no Brasil têm mostrado nesse sentido que a instauração do Estado Democrático de Direito e a realização de eleições periódicas e competitivas a partir de 1989 marcaram um processo de valorização progressiva da democracia pelos brasileiros ao longo dos anos 90 (Moisés 1990, 1992, 1995). Mas esse quadro teria se alterado a partir dos anos 2000, configurando um panorama de valorização da democracia com desconfiança e insatisfação crescente com o funcionamento das instituições do sistema representativo (Meneguello 2007 e 2010).

Apesar desta desconfiança com as instituições, a adesão democrática no Brasil estava até então associada à dinâmica eleitoral, em especial ao voto, tanto em seu papel como instrumento de intervenção e influência no sistema, quanto como em termos de adesão à ideia de livre escolha, presente na intenção de votar voluntariamente (Meneguello, 2007 e 2010). No entanto, as análises realizadas aqui evidenciaram um processo de descolamento entre adesão democrática e dinâmica eleitoral. Já em 2014 a adesão normativa ao regime não se associa tão fortemente como em 2010 às variáveis sobre adesão e valorização do voto e quando chegamos em 2018 essa associação deixa de existir, colocando em suspenso uma estrutura de valores que desde o início dos anos 2000 vinha se mantendo estável e que é fundamental para a democracia.

O estudo das causas desta dissociação ultrapassam os limites deste trabalho, mas argumentamos aqui que o que está em jogo não é a legitimidade do regime em si, mas sim a do seu arcabouço institucional. É o compromisso democrático dos cidadãos com um modelo de democracia liberal representativa que se enfraquece, e não o compromisso com a preferência pela democracia, pois tanto a não adesão ao voto, quanto a percepção de que ele é pouco eficaz, são expressões de um eleitor que não acredita que seus interesses, demandas e preferências são de fato canalizadas através do voto e do sistema representativo. Nesse sentido, o contexto de crise e descrédito do *establishment* político a partir do julgamento do

Mensalão em 2012 pode ter acelerado e acentuado esse processo de descrédito, culminado na reorganização da adesão à dimensão eleitoral do regime.

Esse ponto nos leva aos novos contornos adquiridos também pela adesão à dimensão participativa e substantiva: em 2014 a desvalorização do sistema eleitoral se associa à adesão a manifestações radicalizadas e à noção de que as cotas prejudicam quem tem mais competência, configurando uma adesão mais radical à dimensão participativa e também mais conservadora à dimensão substantiva da democracia, na medida em que legitima o emprego de violência para a expressão de demandas através de manifestações e é restrita em termos de igualdade de oportunidades e acesso a direitos.

O interessante é que quando chegamos em 2018 a relação entre voto e cotas se inverte: a percepção meritocrática de que as cotas prejudicam se associa à adesão e valorização do voto, sugerindo um desnivelamento entre direitos políticos (a igualdade de todos perante o voto) e direitos sociais (a igualdade de oportunidades) no âmbito dos valores políticos dos brasileiros. Além disso, em nenhum dos anos analisados a variável COTA compõe o mesmo fator de outras variáveis que medem desigualdade como DESIG_SGOV e Sem_MISÉRIA, evidenciando que a demanda por uma redução das desigualdades entre os níveis de renda não coexiste com a valorização de mecanismos que promovem uma redução da desigualdade social, indicando uma desconexão também entre as dimensões econômica e social da desigualdade, em termos de valores e princípios democráticos dos brasileiros.

Para além da reorganização da estrutura de valores, quando analisamos os perfis de adesão constatamos que os democratas não constituem um grupo único, com valores coesos e estáveis. Eles são uma maioria que de fato prefere a democracia, essa preferência é mais estável do que os outros valores aqui analisados e é por isso que são classificados como democratas, mas nem por isso aderem voluntariamente ao voto ou reconhecem sua influência, valorizam as cotas enquanto mecanismo de justiça social ou concordam fortemente com o dever do Estado de intervir para reduzir as desigualdades. Expressam com isso uma ambiguidade que nos leva a questionar se os cidadãos têm noções claras dos valores sobre os quais opinam, em especial acerca do que significa, na prática, apoiar a democracia.

É interessante notar ainda que além de oscilarem em qualidade de valores, os democratas também oscilam em quantidade, em especial no tamanho do seu grupo mais coeso em cada um dos anos analisados. Em 2010 eles são mais de 60%, em 2014 representam apenas 16,2% e ainda assim concordam em alguma medida com o caráter prejudicial das cotas, e em 2018 são 31,2%, o que é pouco mais da metade do que havia em 2010. Todos os

outros democratas são ambíguos em seus valores, revelando que a preferência pela democracia enquanto forma de governo não se traduz em um compromisso enraizado com os valores e princípios democráticos.

Nesse sentido, a hipótese deste trabalho era de que *o que ocorre a partir de 2014 é o crescimento de uma adesão democrática ambígua, composta simultaneamente por valores democráticos e não-democráticos*, e não o crescimento de uma base autoritária forte e coesa. Os dados mostram que os ambivalentes somam em 2014 um total de 74,5% dos casos, que em 2010 não chegavam a 30%, ao mesmo tempo em que os autoritários que eram 9,1% em 2010 chegam a 25,5% em 2014, caindo para 9,6% em 2018. O que ocorre, portanto, a partir de 2014 é de fato um grande crescimento da adesão democrática ambígua, mas esta também é acompanhada pelo crescimento da base autoritária, que declina em 2018, confirmando parcialmente a hipótese.

Nesse ponto, é preciso refletir a respeito do papel da conjuntura na formação das percepções e valores, já que elas não são estáveis ao longo do tempo. Há um aspecto mais processual na adesão à democracia, que se dá pela relação das pessoas com o regime democrático ao longo do tempo e a construção mais sólida de valores, mas há também um aspecto mais conjuntural, que se torna mais evidente na análise de alguns pontos.

A associação harmônica dos valores políticos em 2010, por exemplo, diz muito a respeito do resultado eleitoral daquele ano: a expectativa acerca da continuidade de uma estabilidade econômica e de um programa de governo do PT que vinha obtendo sucesso. Já em 2014 os dados revelam um refluxo de valores e de democratas em um momento onde este mesmo partido vence pela 4^o vez seguida uma eleição presidencial com uma margem de votos muito pequena e em um contexto complexo marcado por manifestações, crise econômica e escândalos de corrupção. Quando chegamos em 2018 não é por acaso que ocorre uma “volta”, por assim dizer, de uma parcela dos democratas e da conexão dos valores com a democracia: o cidadão acredita no regime porque consegue eleger uma alternativa ao PT e à imagem de política tradicional, fazendo emergir o sentimento de que a democracia de fato funciona.

Há um sentimento que é gerado ao menos em parte do eleitorado a partir da conjuntura política e que é importante para a compreensão dos dados, pois os valores não se comportam de forma linear. Nesse ponto, 2014 representa um recuo dos valores democráticos e a tentativa de compreender essa ‘meia-volta’ passou aqui por uma análise de contexto que levou em consideração 2 conjuntos de acontecimentos: (1) um de efeito a longo prazo, referente ao impacto que as políticas públicas dos governos petistas exerceram sobre a renda,

escolaridade e acesso a direitos de camadas menos favorecidas da sociedade, reorganizando a hierarquia social; e outro (2) com efeito de curto prazo, referente ao impacto que o julgamento do Mensalão em 2012, a realização da Copa em 2014 e a crise econômica da época exerceram sobre um processo mais amplo de descrédito com o *establishment* político associado à crise de representatividade do modelo de democracia liberal representativa.

Cabe então questionar as implicações que não só este recuo, mas também a ambiguidade dos democratas têm sobre a estabilidade da democracia brasileira. Tanto o recuo quanto a ambivalência expressam uma fragilidade do compromisso com o regime e com os valores democráticos. A análise de contexto é uma chave possível para a compreensão parcial dessa questão, mas o ponto é que ao menos em curto prazo, esse comportamento dos valores pode ter contribuído para a vitória eleitoral de uma liderança política que subverte o que Levitsky e Ziblatt (2018) chamaram de ‘espírito democrático’. Ao adotar uma linguagem mais informal e direta, composta pelo uso rotineiro de insultos, intolerância explícita à oposição, à mídia e às instituições, além de uma postura caracterizada por intimidações, confronto aberto às instituições de controle e estímulo à violência, Jair Bolsonaro contribui para a legitimação e normalização de práticas desse tipo na sociedade brasileira, mudando o padrão de comportamento das pessoas e expandindo as fronteiras do comportamento político aceitável, o que até o momento vem contribuindo para um crescimento da tensão entre as instituições democráticas que por si só já estavam inseridas em um processo de crise de representatividade e não precisavam de mais um problema.

APÊNDICE METODOLÓGICO: TÉCNICAS DE ANÁLISE

1.1. Técnica 1: Análise Fatorial

A principal função das diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma quantidade de variáveis observadas a um número de fatores, possibilitando assim mensurar variáveis que não são empiricamente observáveis, neste caso, as dimensões de adesão à democracia. Os fatores representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de variáveis observadas (Filho e Júnior, 2010). É importante antecipar algumas termos-chave para facilitar o entendimento da nomenclatura que envolve a técnica e interpretação da análise fatorial (Hair et al, 2009):

Análise fatorial: é uma classe de métodos estatísticos multivariados cujo propósito é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados, analisar as relações entre variáveis para identificar grupos de variáveis que formam dimensões latentes (fatores).

Fator: Combinação linear (variável estatística) das variáveis originais. Os fatores também representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto original de variáveis observadas.

Carga fatorial: Representa a correlação entre a variável original e seu fator. Cargas maiores tornam a variável representativa do fator.

Carga cruzada: Quando uma variável tem duas ou mais cargas fatoriais.

Autovalor: Soma em coluna de cargas fatoriais ao quadrado para um fator; também conhecido como raiz latente. Representa a quantia de variância explicada por um fator.

Variância: é um valor que representa a quantia total de dispersão de valores para uma única variável em torno de sua média. Assim, para os propósitos da análise fatorial, é importante entender o quanto da variância de uma variável é compartilhada com outras variáveis em um mesmo fator, versus o que não pode ser compartilhado e explicado pelo fator. A variância total de qualquer variável pode ser dividida em três tipos de variância: comum, específica e de erro.

Variância comum: Variância em uma variável que é compartilhada com todas as outras variáveis na análise, é explicada com base nas correlações de uma variável com as demais na análise.

Variância única/específica: Variância associada à uma única variável.

Variância do erro: é a variância que não pode ser explicada por correlações com outras variáveis, e resulta da não confiabilidade no processo de coleta de dados, de erro de medida ou de componente aleatório no fenômeno medido.

Variância total: a variância total de uma variável é composta de suas variâncias comum, única, e de erro.

Comunalidade: Quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise.

Matriz de Comunalidades: Indica a percentagem de variabilidade explicada de cada variável quando agrupada em fator.

Matriz de correlação: Tabela que mostra as correlações entre todas as variáveis.

Matriz de variância total explicada: tabela de cargas fatoriais de todas as variáveis sobre cada fator. Indica a percentagem total da variância que é explicada pelos fatores obtidos.

Teste de Esfericidade de Bartlett: Teste estatístico que verifica se todas as correlações dentro da matriz de correlações são significativas.

Análise fatorial por componentes principais: modelo fatorial em que os fatores são baseados na variância total das variáveis. A análise de componentes é usada quando o objetivo é resumir a maior parte da informação original (variância) a um número mínimo de fatores.

Análise fatorial por fatores comuns: Modelo fatorial no qual os fatores são baseados em uma matriz de correlação reduzida, os fatores extraídos são baseados apenas na variância comum, as variâncias específicas e de erro são excluídas. É usado prioritariamente para identificar fatores ou dimensões latentes que refletem apenas o que as variáveis têm em comum.

Rotação fatorial: processo de ajuste dos eixos fatoriais para conseguir uma solução fatorial mais simples e mais significativa.

Rotação fatorial oblíqua: Rotação fatorial computada de modo que os fatores extraídos são correlacionados. Ao invés de restringir arbitrariamente a rotação fatorial a uma solução ortogonal, a rotação oblíqua identifica o grau em que cada fator está correlacionado.

Rotação fatorial ortogonal: Rotação fatorial na qual os fatores são extraídos de modo que seus eixos sejam mantidos em 90 graus. Cada fator é independente, ou ortogonal, em relação a todos os outros, por isso a correlação entre os fatores é determinada como 0.

A literatura diferencia duas principais modalidades de análise fatorial: exploratória e confirmatória. A análise fatorial exploratória (AFE) é utilizada no sentido de literalmente explorar os dados e a relação entre um conjunto de variáveis, identificando padrões de correlação. Por sua vez, a análise fatorial confirmatória (AFC) é utilizada para testar hipóteses. Nesse caso, o pesquisador guiado por alguma teoria testa em que medida determinadas variáveis são representativas de um conceito/dimensão (Filho e júnior, 2010).

De acordo com Filho e júnior (2010), alguns requisitos precisam ser satisfeitos para a utilização da análise fatorial, e o planejamento da mesma se dá em três estágios (quadro 18):

Quadro 18. Planejamento da Análise fatorial

Procedimento	O que deve ser observado
Verificar a adequabilidade do banco de dados	Nível de mensuração das variáveis, tamanho da amostra, razão entre o número de casos e a quantidade de variáveis e o padrão de correlação entre as variáveis
Determinar a técnica de extração e o n° de fatores a serem extraídos	O tipo de extração (principal components, principal factors, image factoring; maximum likelihood factoring; alpha factoring; unweighted least squares; generalized least squares).
Decidir o tipo de rotação dos fatores	Se for ortogonal (Varimax, Quartimax, Equamax), se for oblíqua (direct oblimin, Promax).

Fonte: Filho e júnior (2010)

Para os propósitos deste trabalho será utilizada a modalidade de análise fatorial exploratória, pois o intuito é justamente explorar a relação entre as variáveis na busca de uma estrutura a partir delas, para verificar se as dimensões de adesão à democracia teoricamente

delimitadas (eleitoral, participativa e substantiva) se constituem de fato na prática e ao longo do período analisado.

Como método de extração optou-se pelo de componentes principais, porque neste a variância total é analisada, e não apenas a variância comum entre as variáveis. Além disso, a análise de componentes principais é usada quando o objetivo é resumir a maior parte da informação original (variância) a um número mínimo de fatores (Hair et al., 2009).

A análise por componentes principais se diferencia, por isso, de outros métodos como a análise de fatores comuns, usada prioritariamente para identificar fatores ou dimensões latentes que refletem apenas o que as variáveis têm em comum, considerando por isso apenas a variância em comum ou compartilhada, assumindo que tanto a variância de erro quanto a única não são de interesse na definição da estrutura das variáveis (Hair et al., 2009).

Com relação ao método rotacional, optou-se pelo método Ortogonal porque ao contrário dos métodos oblíquos, o ortogonal não permite que os fatores sejam correlacionados, e o presente estudo parte justamente do pressuposto de que as dimensões de adesão à democracia são independentes.

Com relação ao tipo de rotação optou-se pelo Varimax porque diferentemente de outros métodos como Equimax ou Quartimax, o Varimax maximiza a soma de variâncias de cargas exigidas da matriz fatorial e procura minimizar o número de variáveis que apresentam altas cargas em cada fator (Hair et al., 2009; Filho e Júnior, 2010).

Neste método a lógica é que a interpretação é mais fácil quando as correlações variável-fator são (1) próximas de +1 ou -1, indicando assim uma clara associação positiva ou negativa entre a variável e o fator; ou (2) próximas de 0, apontando para uma clara falta de associação. Essa estrutura é simples e fornece uma separação mais clara dos fatores. Além do mais, o padrão fatorial obtido por rotação VARIMAX tende a ser mais invariante do que o obtido pelo método Quartimax, por exemplo, quando diferentes subconjuntos de variáveis são analisados (Hair et al., 2009).

Em relação ao nível de mensuração, a literatura mais conservadora recomenda apenas a utilização de variáveis contínuas ou discretas. Para alguns autores, determinadas variáveis como sexo e cor nunca devem ser incluídas em um modelo de análise fatorial já que é improvável que algum fator influencie a sua variação. Dessa forma, além dos critérios técnicos é necessário considerar teoricamente como os fatores se relacionam com as variáveis observadas (Filho e Júnior, 2010).

Em relação ao número de casos, quanto maior, melhor. A razão entre o número de

casos e a quantidade de variáveis deve exceder cinco para um ou mais. No que concerne ao padrão de correlação entre as variáveis, a matriz de correlações deve exibir a maior parte dos coeficientes com valor acima de 0,30, por isso no presente trabalho consideramos coeficientes acima de 0,40.

Com relação aos testes de adequação da amostra, o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1, melhor, e o teste de esfericidade de Bartlett (BTS) deve ser estatisticamente significativo ($p < 0,05$), indicando a existência de correlações suficientes entre as variáveis para se prosseguir com a análise fatorial (Hair et al., 2009; Filho e Júnior, 2010). O quadro 19 sintetiza essas informações.

Quadro 19. Síntese do 1º estágio de planejamento da AF

Nível de mensuração	Variáveis contínuas e discretas
Amostra	Amostras mínimas entre 50 e 100 casos; razão entre o número de observações e a quantidade de variáveis igual ou superior a cinco.
Correlação	Maior parte dos coeficientes de correlação deve apresentar valores acima de 0,30.
KMO	Quanto maior melhor, tendo 0,50 como o patamar mínimo de adequabilidade (Hair et al 2006)
BTS	$p < 0,05$

Fonte: Filho e Júnior (2010)

A tabela a seguir apresenta os resultados dos testes de adequação das amostras para o uso de análise fatorial nos três anos considerados, atestando a adequação dos mesmos.

Tabela 1. Testes de adequação das amostras e comunalidades

2010	2014	2018	Mín. de adequabilidade
KMO			
0,572	0,612	0,538	0,500
BTS*			
sign. < 0,000	sign. < 0,000	sign. < 0,000	sign. < 0,005
Comunalidades			
4 abaixo de 0,50	2 abaixo de 0,50	2 abaixo de 0,50	0,50

Depois de verificar a adequabilidade da base de dados deve-se ainda determinar o

número de fatores que serão extraídos. O objetivo da extração dos fatores é determinar a quantidade de fatores que melhor representa o padrão de correlação entre as variáveis observadas. Quanto mais fatores forem extraídos, menor é o grau de parcimônia, no entanto, maior é a quantidade total de variância pelos fatores. Dessa forma, a solução ótima é identificar o número mínimo de fatores que maximiza a quantidade de variância total explicada (Filho e Júnior, 2010). Sobre este ponto, considerou-se os fatores com autovalores maiores do que 1,0, já indicados pelo próprio software de análise utilizado (SPSS). Todos os fatores com raízes latentes menores que 1 foram considerados insignificantes e por isso descartados.

A seguir são apresentados os processamentos brutos da análise fatorial, equivalentes aos dados já apresentados nesta seção e no capítulo 4:

Figura 2. KMO e Comunalidades (2010)

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,572
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	336,711
	df	15
	Sig.	,000

Communalities		
	Initial	Extraction
S_Regime_DEMOC Preferência pela democracia	1,000	,539
DEMOC A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	1,000	,596
S_VOTA Se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) votaria?	1,000	,328
VOTO_INFLU A influência do voto nas coisas que acontecem no Brasil	1,000	,305
DESIG_SGOV Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres	1,000	,435
S_Reprime_MANIF Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia	1,000	,407

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 3. Variância Explicada (2010)

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,532	25,527	25,527	1,532	25,527	25,527	1,530	25,503	25,503
2	1,079	17,980	43,506	1,079	17,980	43,506	1,080	18,003	43,506
3	,962	16,039	59,546						
4	,945	15,744	75,290						
5	,846	14,107	89,396						
6	,636	10,604	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 4. Matriz rotacionada (2010)

Rotated Component Matrix^a

	Component	
	1	2
S_Regime_DEMOC	,727	
DEMOC	,734	
S_VOTA	-,475	
VOTO_INFLU	,487	
DESIG_SGOV		,660
S_Reprime_MANIF		,638

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Figura 5. KMO e Comunalidades (2014)**KMO and Bartlett's Test**

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,612
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	863,887
	df	28
	Sig.	,000

Communalities

	Initial	Extraction
S_Regime_DEMOC Preferência por regime político	1,000	,516
DEMOC Conc/Disc: A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	1,000	,564
S_VOTA Votaria se o voto não fosse obrigatório	1,000	,638
VOTO_INFLU A influência do voto sobre as coisas que acontecem no Brasil	1,000	,396
DESIG_SGOV Conc/Disc: "O GOVERNO DEVERIA TOMAR MEDIDAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS ENTRE OS NÍVEIS DE RENDA	1,000	,284
S_MANIF Conc/Disc: As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência	1,000	,591
Sem_MISÉRIA Conc/Disc: A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria	1,000	,532
COTA Conc/Disc: As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência	1,000	,567

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 6. Variância Explicada (2014)**Total Variance Explained**

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,729	21,608	21,608	1,729	21,608	21,608	1,534	19,175	19,175
2	1,267	15,839	37,447	1,267	15,839	37,447	1,320	16,504	35,679
3	1,093	13,661	51,108	1,093	13,661	51,108	1,234	15,430	51,108
4	,919	11,489	62,597						
5	,848	10,596	73,193						
6	,789	9,857	83,050						
7	,743	9,283	92,333						
8	,613	7,667	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 7. Matriz rotacionada (2014)

Rotated Component Matrix^a

	Component		
	1	2	3
S_Regime_DEMOC	,448	,559	
DEMOC	,641		
S_VOTA		-,786	
VOTO_INFLU		,424	-,466
DESIG_SGOV	,524		
S_MANIF			,737
Sem_MISÉRIA	,722		
COTA			,675

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 5 iterations.

Figura 8. KMO e Comunalidades (2018)**KMO and Bartlett's Test**

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,538
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	447,744
	df	21
	Sig.	,000

Communalities

	Initial	Extraction
S_Regime_DEMOC Preferência por regime político	1,000	,611
DEMOC A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	1,000	,558
S_VOTA Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?	1,000	,580
VOTO_INFLU Influência do voto nas coisas que acontecem no Brasil	1,000	,429
DESIG_SGOV Conc/Disc: "O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda".	1,000	,372
Sem_MISÉRIA Conc/Disc: A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria	1,000	,585
COTA As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência	1,000	,585

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 9. Variância Explicada (2018)**Total Variance Explained**

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,475	21,068	21,068	1,475	21,068	21,068	1,301	18,589	18,589
2	1,181	16,865	37,933	1,181	16,865	37,933	1,221	17,437	36,026
3	1,065	15,215	53,148	1,065	15,215	53,148	1,199	17,123	53,148
4	,968	13,832	66,981						
5	,852	12,170	79,150						
6	,811	11,587	90,737						
7	,648	9,263	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Figura 10. Matriz rotacionada (2018)

Rotated Component Matrix^a

	Component		
	1	2	3
S_Regime_DEMOC	,757		
DEMOC	,586	,413	
S_VOTA			-,719
VOTO_INFLU			,647
DESIG_SGOV		,595	
Sem_MISÉRIA		,755	
COTA	-,587		,419

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 7 iterations.

1.2. Técnica 2: Análise de agrupamentos

A finalidade da análise de agrupamentos é reunir indivíduos ou objetos em grupos com base nas características que eles têm em comum. A ideia, nesse sentido, é maximizar a homogeneidade de objetos dentro de um grupo ao mesmo tempo em que se maximiza a heterogeneidade entre os grupos (Hair et al, 2009).

Para os fins desta pesquisa esse tipo de análise possibilita agrupar os indivíduos em subgrupos de acordo com as semelhanças que apresentam. Uma vez que o objetivo é identificar perfis de democratas e autoritários, as variáveis utilizadas foram as mesmas descritas para a análise fatorial. Antes de entrar nas especificações do método aqui utilizado, vale antecipar algumas termos-chave para facilitar o entendimento da nomenclatura que envolve a técnica de análise de agrupamentos (Hair et al, 2009):

Centróide: é o ponto central do cluster, a média ou valor médio dos objetos contidos no agrupamento em cada variável.

Agrupamento hierárquico: É um método de agrupamento que gera uma hierarquia em forma de árvore. A aglomeração hierárquica interliga os objetos por suas associações, produzindo uma representação gráfica chamada de dendrograma, onde os objetos semelhantes são agrupados entre si.

Agrupamento não-hierárquico: Neste método o número de grupos (centros de agrupamento) é pré-definido pelo pesquisador e em seguida é encontrada uma divisão de N itens em K clusters, a partir de 2 requisitos: semelhança interna e isolamento dos clusters formados. É produzida apenas uma solução de agrupamento para um conjunto de sementes de

agrupamentos, então se quatro sementes de agrupamentos são especificadas ($K=4$), apenas quatro agrupamentos são formados.

Semente de agrupamento: É o centroide inicial, ponto de partida para um agrupamento. A quantidade de sementes pode ser definida pelo pesquisador ou a partir de procedimentos de agrupamento não-hierárquico.

Similaridade entre objetos: A similaridade pode ser medida de duas formas. Primeiro, é uma medida de associação, com coeficientes de correlação positivos maiores representando maior similaridade. Segundo, a proximidade entre cada par de objetos pode avaliar a similaridade, onde medidas de distância ou de diferença são empregadas, com as menores distâncias ou diferenças representando maior similaridade.

Solução de agrupamento: Um número específico de agrupamentos gerados como representativos da estrutura de dados da amostra de objetos.

Método K-means: É um método de agrupamento não-hierárquico que utiliza uma técnica iterativa para agrupar um conjunto de elementos em K grupos, onde K é a quantidade de grupos (sementes de agrupamento) estabelecida pelo pesquisador. O algoritmo k-médias inicia-se com a escolha de K centróides pelo pesquisador e depois associa cada ponto do conjunto de dados ao seu centro mais próximo, formando assim K grupos com a maior distinção possível entre si e homogeneidade interna.

1.2.1. O método selecionado

A análise de agrupamentos pode ser feita a partir de um método hierárquico ou não-hierárquico. Soluções hierárquicas são preferidas quando muitos ou todos os agrupamentos possíveis devem ser examinados e/ou quando o tamanho da amostra é pequeno, preferencialmente abaixo de 300 casos. Por sua vez, métodos não-hierárquicos são preferidos quando o número de casos analisados é muito grande ou quando o número de agrupamentos é conhecido previamente pelo pesquisador.

Diferente dos métodos hierárquicos cujo número de grupos é estabelecido estatisticamente, o método não-hierárquico parte de um número de grupos definidos *a priori* pelo pesquisador e emprega medidas de associação entre os objetos agrupados. Métodos não-hierárquicos podem analisar conjuntos extremamente grandes de dados, pois não demandam o cálculo de matrizes de similaridade entre todas as observações, mas sim de uma medida de

similaridade de cada observação com os *centróides de agrupamento*.

Uma medida de associação avalia o grau de similaridade entre cada par de respondentes, analisando a quantidade de vezes em que ambos oferecem a mesma resposta a uma pergunta no conjunto de questões. Nesse sentido, o método K-means calcula pontos que representam os centros dos grupos definidos *a priori* e em torno dos quais os indivíduos são distribuídos a partir destas distâncias por similaridade entre as respostas para cada variável (Hair et al., 2009), por isso o método não-hierárquico de agrupamento escolhido aqui foi o *k-means*.

Neste trabalho empregou-se ainda o algoritmo de otimização do SPSS (iterar e classificar), o qual permite a designação de observações entre agrupamentos de forma iterativa. Por meio desse algoritmo, as observações são inicialmente agrupadas para a semente mais próxima e quando todas as observações já estão divididas em clusters, cada uma delas tem sua posição avaliada e reavaliada. Se ainda não estiver no agrupamento mais próximo ela é redesignada a uma semente mais próxima.

1.2.2. A definição do n° de clusters (K)

Na medida em que o uso do método não-hierárquico implica na definição, pelo pesquisador, do número de agrupamentos a serem extraídos da análise, a definição de quantos clusters devem ser formados para se obter uma resposta ótima é um problema. Não existe uma regra para definir o número de grupos a serem extraídos, mas se sabe que quanto menor o número de agrupamentos, maior a heterogeneidade dentro dos grupos e vice versa. Um número pequeno demais de grupos pode causar a junção de dois clusters naturais, enquanto que um número grande demais pode fazer com que um cluster natural seja quebrado artificialmente em dois, por isso a preocupação consiste em não desmembrar casos muito semelhantes ou agrupar casos bem diferentes, de modo que todos os agrupamentos sejam significativamente diferentes no conjunto de variáveis (Hair et al., 2009).

Para resolver esta questão adotou-se aqui uma abordagem exploratória ao problema do número de grupos: foram feitos testes com 4, 5, 6 e 7 grupos, até se chegar a um número com resultados mais coesos em termos quantitativos e qualitativos, por isso a diferenciação e o tamanho dos agrupamentos gerados foram os fatores levados em consideração na escolha da melhor estrutura.

Com relação ao tamanho (aspecto quantitativo), as soluções que apresentaram algum cluster com menos de 6% do total de casos foram desconsideradas, por representarem

grupos muito pequenos. Já com relação à diferenciação dos grupos (aspecto qualitativo), a questão foi um pouco mais complexa, mas buscou-se a solução de grupos que mais se aproximasse da distribuição real dos casos para a maioria das variáveis em cada um dos anos analisados.

Em termos práticos, temos que em 2014, por exemplo, as soluções com 5 e 6 grupos não continham sequer um cluster caracterizado pela resposta ‘Sim’ à questão sobre a adesão ao voto caso não fosse obrigatório. A opção pelo ‘Sim’ só aparece na solução com 7 grupos, e que por isso se mostrou a melhor opção, tendo em vista que neste mesmo ano mais de 40% dos entrevistados votariam se o voto não fosse obrigatório. O mesmo ocorre em 2018, e no caso de 2010 a solução com 5 clusters gera um grupo muito pequeno, com menos de 3% dos casos, por isso a estrutura ótima se mostrou com 4 grupos para o ano de 2010 e 7 grupos para os anos de 2014 e 2018. Mais grupos iriam complexificar ainda mais a análise, enquanto que menos grupos iriam omitir distinções importantes como é o caso da adesão ao voto.

1.2.3. A interpretação dos clusters

As considerações acerca da escolha sobre a melhor solução de grupos e o quanto cada um deles é reflexo do total de casos da amostra nos leva a uma ponderação metodológica importante: o percentual de casos que constitui cada um dos grupos não equivale ao percentual real daqueles casos sobre cada uma das variáveis. Em 2010, por exemplo, todos os grupos *concordam um pouco* com a noção de que manifestações violentas devem ser reprimidas, o que não significa que todos os casos da amostra neste ano tenham esse posicionamento.

O mesmo acontece em 2014 e 2018 com a variável sobre a percepção de que o governo deve interferir para reduzir as desigualdades de renda, e isso acontece porque **dentro de cada grupo aquela resposta é a dominante, caracterizando aquele grupo com relação àquela variável**. Nesse sentido os percentuais de cada grupo representam na comparação com os outros anos, um crescimento ou diminuição da homogeneidade daquele grupo, e não da adesão ao voto ou da valorização da democracia, por exemplo. É a diferenciação dos grupos em torno dessa variável que se altera ao longo dos momentos analisados.

Esse descompasso, por assim dizer, entre o perfil dos grupos e a distribuição real dos casos em cada variável ocorre porque as características de cada caso são combinadas em uma medida de semelhança, calculada para todos os pares de objetos, possibilitando a comparação de qualquer objeto com outro por uma medida de similaridade, e a associação

deles por meio dos agrupamentos, como dito anteriormente. As medidas de distância representam a similaridade entre os objetos, para cada uma das variáveis, por isso os casos dentro de um mesmo cluster são semelhantes entre si, e se agrupam em torno de uma mesma semente de agrupamento, mas não são idênticos. Há uma distância entre eles é nela que se aloja esse descompasso entre o perfil dos grupos e a distribuição dos casos para cada variável.

1.2.4. Considerações sobre os processamentos das análises de agrupamentos

A seguir são apresentados os processamentos das análises de cluster da forma como foram gerados no SPSS. Eles são referentes aos quadros 15, 16 e 17 que constam no capítulo 4 e demonstram o perfil de cada grupo/cluster gerado pelas análises.

A informação contida nos quadros mencionados é a mesma contida nos processamentos. A diferença está apenas no modo como ela é apresentada. A fim de facilitar a leitura e interpretação dos dados, os clusters dos processamentos foram “decodificados”, reordenados em ordem do mais democrático para o menos democrático, e apresentados na horizontal.

A “decodificação” nada mais é do que a substituição dos valores numéricos pelo label de resposta correspondente. Assim, se em S_Regime_DEMOC o valor 1 corresponde à preferência pela democracia e 2 à preferência pela ditadura em algumas circunstâncias, estes valores foram substituídos por ‘Democrata’ e ‘Autoritário’ respectivamente. Da mesma forma, em S_VOTA, os valores 1 e 2 foram substituídos pelos equivalentes ‘Sim’ e ‘Não’. A mesma equivalência foi feita com todas as variáveis, facilitando a leitura dos clusters sem qualquer prejuízo na análise.

Por sua vez, o reordenamento dos grupos do mais democrático ao menos democrático, também foi realizado para facilitar a leitura dos dados também se deu sem prejuízo da análise, pois diferentemente da análise fatorial, onde a ordem dos valores importa para a interpretação, na análise de cluster a ordem dos grupos que consta nos processamentos do software não é relevante. Nesse sentido, no caso de 2010 por exemplo, onde a análise identificou 4 grupos numerados de 1 a 4 no processamento original, esta numeração pode ser substituída, por exemplo, por um nome que identifique cada cluster. Neste trabalho optou-se por ordená-los do mais democrático ao menos democrático.

Figura 11. Processamento da Análise de Cluster 2010

Final Cluster Centers

	Cluster			
	1	2	3	4
S_Regime_DEMOC Preferência pela democracia	1	1	1	2
DEMOC A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	2	1	1	4
VOTO_INFLU A influência do voto nas coisas que acontecem no Brasil	4	1	1	2
DESIG_SGOV Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres	1	1	4	1
S_Reprime_MANIF Quando uma manifestação ou passeata passa dos limites, o governo deve ter o direito de acabar com ela, inclusive usando a polícia	2	2	2	2
S_VOTA Votaria se o voto não fosse obrigatório?	2	1	1	2

Number of Cases in each Cluster

Cluster	1	246,000
	2	1062,000
	3	222,000
	4	152,000
Valid		1682,000
Missing		318,000

Figura 12. Processamento da Análise de Cluster 2014

Final Cluster Centers

	Cluster						
	1	2	3	4	5	6	7
S_Regime_DEMOC Preferência por regime político	2	1	1	2	1	1	1
DEMOC A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	3	2	2	3	1	2	1
S_VOTA Votaria se o voto não fosse obrigatório?	2	2	2	2	2	1	2
VOTO_INFLU A influência do voto sobre as coisas que acontecem no Brasil	5	2	5	5	5	5	4
DESIG_SGOV "O GOVERNO DEVERIA TOMAR MEDIDAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS ENTRE OS NÍVEIS DE RENDA	2	2	2	2	2	2	2
S_MANIF As manifestações de rua por melhoria dos serviços públicos são válidas, mesmo que utilizem alguma violência	3	3	5	5	2	5	2
Sem_MISÉRIA A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria	2	2	2	4	2	2	2
COTA As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência	3	3	5	3	4	2	2

Number of Cases in each Cluster

Cluster	1	416,000
	2	254,000
	3	438,000
	4	180,000
	5	304,000
	6	380,000
	7	370,000
Valid		2342,000
Missing		794,000

Figura 13. Processamento da Análise de Cluster 2018**Final Cluster Centers**

	Cluster						
	1	2	3	4	5	6	7
S_Regime_DEMOC Preferência por regime político	1	1	1	2	1	1	1
DEMOC A democracia tem alguns problemas mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	1	2	2	4	2	2	1
S_VOTA Votaria se o voto não fosse obrigatório?	2	2	1	2	2	2	2
VOTO_INFLU Influência do voto nas coisas que acontecem no Brasil	5	2	5	5	5	2	5
DESIG_SGOV "O governo deveria tomar medidas para reduzir as diferenças entre os níveis de renda".	2	2	2	2	2	2	2
Sem_MISÉRIA A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria	1	2	4	1	4	1	1
COTA As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência	1	5	1	3	5	1	5

Number of Cases in each Cluster

Cluster	1	498,000
	2	181,000
	3	164,000
	4	200,000
	5	251,000
	6	138,000
	7	650,000
Valid		2082,000
Missing		424,000

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G. VERBA, S. **The Civic Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ALONSO, Ângela. **A gênese de 2013: formação do campo patriota**. *Journal of Democracy em Português*, Volume 8, Número 1, Maio de 2019.
- BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003
- BOOTH, John A e SELIGSON, Mitchell A. **Legitimacy and political participation in eight latin american nations**. Prepared for presentation at the Midwest Political Science Meeting, April 2-4, 2009, Chicago, Illinois.
- BRATTON, M. e MATTES, R. **Support for democracy in Africa: Intrinsic or instrumental**. *British Journal of Political Science*, Vol. 31, No. 3 (Jul., 2001), pp. 447-474.
- CARLIN, R. E. e SINGER, M. M. **Support for polyarchy in the Americas**. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, p. 1500-26. 2011.
- CARNEIRO, Gabriela de O. P. **A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neopopulismo na América Latina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. 2009.
- CASALECCHI, Gabriel Ávila. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, 2016.
- CHU, Yun-han; BRATTON, Michael; LAGOS, Marta; SHASTRI, Sandeep e TESSLER, Mark. **Public Opinion and Democratic Legitimacy**. *Journal of Democracy*, Volume 19, Number 2, April 2008, pp. 74-87.
- COLLIER, David e LEVITSKY, Steven. **Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research**. *World Politics*, Vol. 49, No. 3 (Apr., 1997), pp. 430-451

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo, SP: Edusp, 1997. 234 p.

DALTON, Russell J. **Political Support in Advanced Industrial Democracies**. In NORRIS, Pippa (ed): *Critical citizens: Global support for democratic governance*. Oxford: Oxford university Press, 1999.

_____. **Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DIAMOND, L. (ed.). **Political culture and democracy in developing countries**. Textbook ed. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1994.

EASTON, D. **A re-assessment of the concept of political support**. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n.4 , p. 435-457, 1975

ECKSTEIN, Harry. **A Culturalist Theory of Political Change**. In *The American Political Science Review*, Vol. 82, No. 3 (Sep., 1988), pp. 789-804

ESEB 2002. **Estudo Eleitoral Brasileiro**. CESOP-FGV/BRASIL02.DEZ-01838

ESEB 2006. **Estudo Eleitoral Brasileiro**. CESOP-IPSOS/BRASIL06.DEZ-02489

ESEB 2010. **Estudo Eleitoral Brasileiro**. CESOP-VOXPOPULI/BRASIL10.NOV-02639

ESEB 2014. **Estudo Eleitoral Brasileiro**. CESOP-IBOPE/BRASIL14.NOV-03928

ESEB 2018. **Estudo Eleitoral Brasileiro**. CESOP-IBOPE/BRASIL18.

FILHO, Dalson B. F. e JÚNIOR, José A. da S. **Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial**. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 16, no 1, Junho, 2010, p. 160-185

FOA, Roberto S. e MOUNK, Yascha. **A Desconexão Democrática**. *Journal of Democracy*

em Português. V. 5, N. 2, Outubro de 2016.

FUCHS, D. e ROLLER, E. Learned democracy? **Support for democracy in Central and Eastern Europe**. International Journal of Sociology. vol. 36, no. 3, Fall 2006, pp. 70–96.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel A.; GONÇALVES, Guilherme Q. e DAVID, Flávia F. **Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 199-219.

_____ e RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 28. Brasília, janeiro - abril de 2019, pp 7-32.

GUNTHER, Richard e MONTEIRO, José R. **Legitimidade política em novas democracias**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. IX, no 1, 2003, pp. 01-43

GUTMANN, Amy e THOMPSON, Dennis. **Democracy and disagreement**. In: DAHL. R. Alan, SHAPIRO, Ian e CHEIBUB, J. Antônio (Eds). The democracy sourcebook. Cambridge; London: MIT, 2003. Pp. 18-24.

HOFFMANN, Rodolfo. **A distribuição da renda no Brasil no período 1993-99**, mimeo, Unicamp, 2001.

HOWE, Paul. **A corrosão das normas e a desconsolidação democrática**. Journal of Democracy em Português, V. 7, N. 1, Maio de 2018.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo, SP: Ática, 1994.

INCT 2018. **A Cara da Democracia no Brasil: Satisfação com a democracia e conjuntura política no Brasil**. Relatório N.1 de divulgação de pesquisa nacional realizada pelo Instituto

Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação. Belo Horizonte-Brasília-Campinas- Rio de Janeiro. Maio/2018

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Political Culture and Democracy: Analyzing Cross-Level Linkage**. Comparative Politics, V. 36, N. 1 (Oct., 2003), pp. 61-79

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. **The Renaissance of Political Culture**. The American Political Science Review, V. 82, N. 4 (Dec., 1988), pp. 1203-1230

INGLEHART, Ronald. Culture Shift in Advanced Industrial Society. Princeton University, 1990.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. **Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis**. In: NORRIS, Pippa (ed): Critical citizens: Global support for democratic governance. Oxford: Oxford university Press, 1999.

KLINGEMANN, Hans-Dieter e FUCHS, D. **Citizens and the State**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KORSTANJE, Maximiliano. **Procesos políticos en américa latina: Una perspectiva sobre la forma de ver la Democracia de los latinoamericanos**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 29, p. 187-202, nov. 2007.

LAGOS, Marta. **Support for and Satisfaction with Democracy**. International Journal of Public Opinion Research, V. 15, N. 4, December 2003.

LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. 1991. **Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança**. Dados, n. 34, p. 311-348.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Zahar, 2018.

MARENCO, dos Santos A. **Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada**. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcântara. (Org.). *A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21*. 1ªed. Belo Horizonte: UFMG, 2007, v., p. 73-105.

MENEGUELLO, Rachel. **Aspects of Democratic Performance: Democratic Adherence and Regime Evaluation in Brazil, 2002**. *International Review of Sociology—Revue Internationale de Sociologie*, V.16, N.3, p. 617-635, 2006a.

_____. **Grounds for Democratic Adherence: Brazil 2002-2006**. *Texas Papers on Latin America*, Vol. 1, pp.1-38, Texas, 2007

_____. **Cidadãos e política: diagnóstico da adesão democrática, comportamento e valores**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 8).

_____. **As bases de apoio ao regime democrático no Brasil**. In MOISÉS, José Á. e MENEGUELLO, R. (orgs) *A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia - o caso do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.

MISHLER, William, e ROSE, Richard. **Five years after the fall: Trajectories of support for democracy in post-Communist Europe**. In Pippa Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.

_____. **Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures**. *International Political Science Review*. V.22, N. 4, pp. 303-320, 2001,

MOISÉS, José Á. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p.11-44.

_____. **Eleições, participação e cultura política: Mudanças e continuidades.** Lua Nova, N.22. Dezembro, 1990.

_____. **Democratização e cultura política de massas no Brasil.** Lua Nova, N.26, 1992.

_____. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática.** São Paulo, SP: Ática, 1995. 301 p.

_____. **Os significados da democracia segundo os brasileiros.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.269-309.

_____ e CARNEIRO, Gabriela P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, no 1, Junho, 2008, p.1-42

_____ e MENENGUELLO, Rachel (orgs). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Edusp, 2013

MUNCK, Gerardo L. e VERKUILEN, Jay. **Conceptualizing and Measuring democracy: Evaluating alternative indices.** COMPARATIVE POLITICAL STUDIES, Vol. 35 No. 1, February 2002 5-34

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Partidos, movimentos, democracia: riscos e desafios do século XXI.** *Journal of Democracy em Português*, Volume 8, Número 2, Novembro de 2019.

NORRIS, Pippa (ed). **Critical citizens: Global support for democratic governance.** Oxford: Oxford university Press, 1999.

_____. **Democratic deficit: Critical citizens revisited.** New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. **Introduction: The Growth of Critical Citizens?** In NORRIS, Pippa (ed). *Critical citizens: Global support for democratic governance*. Oxford: Oxford university Press, 1999.

O'DONNELL, Guillermo A. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011. 314 p.

_____ e SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1986c.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reform in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, A.; MOISÉS, J. A e ALBUQUERQUE, J. A. G (orgs). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1989. 269p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Coautoria de Robert Leonardi, Raffaella Nanetti. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 2006.

REIS, E. P e CHEIBUB, Z. B. 1995. **Valores políticos das elites e consolidação democrática**. Dados, n. 38, p. 31-56.

RENNÓ, Lúcio R. **Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes**. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1.º semestre de 1998, pp. 71-92.

ROSE, Richard. **Medidas de democracia em surveys**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol.VIII, N.1, 2002, pp.1-29

RUSTOW, Dankwart A. **Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model**. *Comparative Politics*, Vol. 2, No. 3 (Apr., 1970), pp. 337-363.

SALINAS, Eduardo e BOOTH, John A. **Micro-social and Contextual Sources of Democratic Attitudes in Latin America**. *Journal of Politics in Latin America*, V.3, N.1, 29-64. 2011.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Razões da desordem**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1993.

SARFIELD, R. **Should We Use the D-Word? The Meaning of Support for Democracy in Argentina, Brazil, and México**. Paper presented for 67th Annual National Conference, Midwest Political Science Association, Abril 2-5, 2009, Chicago.

SCHEDLER, Andreas e SARFIELD, Rodolfo. **Demócratas iliberales: Configuraciones contradictorias de apoyo a la democracia en México**. *Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad* Vol. XV N. 44. Jan/ Abril de 2009.

SCHWERTHEIM, Helena. **Measuring Public Support for Democracy: A Resource Guide**. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2017. The full report can be accessed online: <<http://www.idea.int/gsod>>.

SVOLIK, Milan W. **Polarização versus democracia**. *Journal of democracy em Português*. Volume 8, Número 2, Novembro de 2019.

TORCAL, M. e MONTEIRO, J. R (eds). **Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics**. London: Routledge, 2006.

WEATHERFORD, M. Stephen. **Measuring Political Legitimacy**. *American Political Science Review* 86, N. 1 (1992), p.149–166.